



Relações Econômico-Financeiras com o Exterior

Política de comércio exterior

O governo brasileiro, em ambiente de apreciação do real e de recuperação relativamente modesta da economia mundial, introduziu, em 5 de maio, medidas importantes de política de comércio externo objetivando criar condições favoráveis para o aumento da competitividade das exportações brasileiras, ressaltando-se:

- i) maior agilidade na devolução de créditos tributários federais: estipula que empresas que tenham exportado, no mínimo, 30% do faturamento nos últimos dois anos, receberão 50% dos créditos de PIS/Pasep, Cofins e IPI acumulados nestas operações em até trinta dias após a respectiva solicitação. A empresa deverá ser exportadora há pelo menos quatro anos, ser tributada pelo lucro real, adotar nota fiscal eletrônica e possuir histórico de pedidos de ressarcimento indeferidos não superior a 15% do total solicitado nos últimos dois anos. Pela Portaria nº 348, de 16 de junho de 2010, o Ministério da Fazenda instituiu o procedimento de ressarcimento dos créditos apurados a partir de 1º de abril de 2010, e pela Instrução Normativa nº 1.060, de 3 de agosto de 2010, a Receita Federal do Brasil regulamentou a matéria;
- ii) exclusão da receita de exportações do faturamento total para enquadramento no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples): a isenção será igual ao limite estabelecido para faturamento no mercado interno, R\$2,4 milhões por ano. Vale ressaltar que as micro e pequenas empresas respondem por 1,2% do valor exportado e 48,3% do número de empresas exportadoras;
- iii) *drawback* isenção no mercado interno: criado pela Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, convertida na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, prevê que os insumos nacionais utilizados nas exportações realizadas no período t-1 podem ser adquiridos, no período t, com alíquota zero de ICMS;
- iv) eliminação, em seis meses, do redutor de 40% do imposto de importação sobre autopeças;
- v) criação do Fundo Garantidor de Comércio Exterior (FGCE), que permitirá maior agilidade nas garantias prestadas, com cobertura de riscos comerciais e remuneração em função dos riscos assumidos, cabendo ao BNDES a administração do risco do FGCE;

vi) criação da Agência de Crédito à Exportação do Brasil S.A. (Exim Brasil), subsidiária integral do BNDES, agência especializada em comércio exterior com o objetivo de conferir maior celeridade e efetividade ao apoio às operações de exportação no pós-embarque, transferindo as operações de comércio exterior para o Exim Brasil;

vii) redução do custo de financiamento à exportação de bens de consumo, estendendo a estes produtos a equalização da taxa de juros pelo Tesouro Nacional no financiamento às exportações na modalidade pré-embarque, anteriormente restrita aos bens de capital. A medida foi regulamentada pela Resolução nº 3.851, de 29 de abril de 2010, e alterada posteriormente, em 30 de setembro de 2010, pela Resolução nº 3.910, que prorrogou o prazo para contratação de 31 de dezembro de 2010 para 31 de março de 2011. Os recursos aportados para essa linha foram provenientes do BNDES e totalizaram R\$7 bilhões.

Em julho, o BNDES criou a linha de crédito denominada Exim Automático, para operações de pós-embarque, para o financiamento de compradores localizados nos países da América do Sul, com prazos de três a cinco anos. Os desembolsos são feitos ao exportador, no Brasil, após o embarque, à vista e em reais, ressaltando-se que a importância principal dessa linha de crédito decorre da concentração das exportações brasileiras de bens de capital para os países da região.

No ano, os desembolsos vinculados às operações de comércio exterior do BNDES, incluindo o setor de serviços, totalizaram US\$11,2 bilhões, ante US\$8,3 bilhões em 2009, respondendo por 5,6% das exportações brasileiras. Para a indústria, foram desembolsados US\$9,9 bilhões, relacionados a 1.081 operações, destacando-se o setor de materiais de transporte (fabricação e montagem de veículos automotores, embarcações, equipamentos ferroviários e aeronaves), com 310 operações e desembolsos de US\$3,7 bilhões; seguindo-se o setor mecânico, com 279 operações e desembolsos de US\$1,8 bilhão. O setor comércio e serviços absorveu US\$1,3 bilhão dos desembolsos em 183 operações e o setor agropecuário, US\$30 milhões, em cinco operações. Os desembolsos do BNDES vinculados a operações de comércio externo aumentaram 34,9% no ano, ante expansão anual de 32% das exportações.

As operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) atingiram US\$4043,6 milhões em 2010, dos quais US\$504,9 milhões referentes à modalidade financiamento e US\$3.538,7 milhões, à equalização das taxas de juros.

No âmbito da primeira modalidade, ocorreram retrações de 1.509 para 1.478 no número de operações, e de 400 para 371, no relativo a exportadores. Os principais setores econômicos que utilizaram o Proex-Financiamento em 2010 foram o agronegócio, 57%, seguindo-se os segmentos têxtil, couros e calçados, 26%; e máquinas e equipamentos, 11%. Os principais blocos econômicos ou regiões de destinos das exportações cursadas por essa modalidade do Proex foram Cuba, 37%; União Europeia, 25%; e Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), 18%.

As emissões de títulos que lastreiam as operações de equalização da taxa de juros somaram US\$118,3 milhões, ante US\$157,8 milhões em 2009. No ano, foram realizadas 2.657 operações por 31 exportadores, ante 2.513 em 2008, envolvendo 35 empresas. A análise setorial evidencia que 46% do valor das exportações foram realizadas no segmento transporte, que inclui as vendas externas da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), seguindo-se as participações dos setores máquinas e equipamentos, 36%, e serviços, 18%. Os principais destinos das exportações cursadas pelo Proex-Equalização foram a União Europeia, 37%; os países da África, 20%; Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e demais países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), 13% cada; e Mercado Comum do Sul (Mercosul), 8%. As grandes empresas responderam por 57% do valor das exportações efetivadas por esta modalidade, ante 86% em 2009.

Em relação às medidas de defesa comercial, ressalte-se a aprovação, pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), da Resolução nº 63, de 17 de agosto, e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), das Portarias nº 18 e nº 21, de, respectivamente, 18 de agosto e 25 de outubro. Essas normas regulamentaram a aplicação de medidas *antidumping* ou compensatórias contra práticas elisivas, também denominadas de *ciurcumvention* ou triangulação.

Ainda na área de defesa comercial, a Resolução nº 43, de 17 de junho, da Camex, regulamentou o acordo negociado entre o Brasil e os EUA, que suspendeu a retaliação brasileira em bens e propriedade intelectual até 2012. Como parte das compensações negociadas, foi criado um fundo de apoio aos cotonicultores nacionais de US\$147,3 milhões anuais, gerido por conselho gestor formado por três representantes do setor privado e três do governo brasileiro. A retaliação autorizada pela organização Mundial do Comércio (OMC) decorreu do descumprimento pelos EUA das determinações dos painéis do algodão e do órgão de apelação da organização.

No âmbito da defesa comercial, estavam em vigência, no final do ano, 68 medidas de direitos *antidumping*, uma de compromisso de preço e outra de salvaguarda, relacionadas a 44 produtos de vinte países ou blocos, com destaque para a China, os EUA e a Índia. Neste ano, foram aplicadas quatro medidas de direito *antidumping* contra a China, sobre calçados, cobertores de fibras sintéticas e canetas esferográficas; e uma contra os EUA e o México, sobre resina de policloreto de vinila.

Em 28 de dezembro, a Camex, pela Resolução nº 92, de 27 de dezembro de 2010, elevou de 20% para 35% a alíquota do II para catorze tipos de brinquedos acabados, com vigência até 31 de dezembro de 2011. A medida alcançou principalmente os brinquedos fabricados na China, origem de aproximadamente 80% dessas importações.

Com relação ao Mercosul, em dezembro, por ocasião do encerramento da presidência *pro tempore* brasileira em Foz de Iguaçu, o Conselho do Mercado Comum (CMC)

estabeleceu, pela Decisão nº 56/10, o cronograma de eliminações de exceções às tarifas externas comuns em dez anos, com o objetivo de consolidar o bloco como uma união aduaneira. Outra medida nessa direção, adotada pela Decisão nº 57/10, foi a revisão do Regime Comum de Importação de Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações, com vistas à entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, para Argentina e Brasil, e a partir de 1º de janeiro de 2015, para Paraguai e Uruguai. O regime de ex-tarifário permite a redução do II para os bens de capital, de informática e de telecomunicações não produzidos nos países do bloco.

Em maio de 2010, foram retomadas as negociações relativas a um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Os sócios do Mercosul exigem definições sobre o tratamento dos subsídios agrícolas europeus, ao passo que a União Europeia se preocupa com a abertura industrial no Mercosul. É oportuno observar que esse processo negociador reproduz, de certa maneira, as dificuldades que bloquearam a conclusão da Rodada Doha na OMC desde o final de 2008.

No plano legislativo brasileiro, pelo Decreto nº 7.159, de 27 de abril de 2010, foi promulgado o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevideu, em 18 de dezembro de 2007, e pelo Decreto Legislativo nº 217, de 7 de abril de 2010, aprovado o texto do Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004.

Dentre as medidas de facilitação das operações do comércio exterior, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), pela Portaria nº 10, de 25 de maio de 2010, consolidou normas e procedimentos relativos a operações de comércio exterior. Foi criado o Siscomex Exportação Web (Novoex), em substituição ao módulo do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex Exportação), que passará a ser acessado diretamente na internet, sem a necessidade da instalação de programas adicionais nos computadores dos usuários. Pelo sistema, os usuários podem gravar os Registros de Exportação (REs) e os Registros de Crédito (RCs), estes últimos feitos para as exportações financiadas com recursos tanto privados como públicos. Com as novas funcionalidades, o Novoex possibilita o aproveitamento de informações de registros anteriores e permite que os usuários façam REs por lotes. O Novoex apresenta ainda interface mais interativa para os usuários, maior visibilidade do processo pelo exportador e pelo anuente, e permite a simulação prévia do RE. Desde o dia 17 de novembro, o Novoex está em funcionamento de forma conjugada com o antigo sistema, que deixará de operar em janeiro de 2011, conforme definido pela Secex, pela Portaria nº 29, de 8 de dezembro de 2010.

Outra mudança normativa relacionada à concessão de preferências resultante de um acordo comercial foi introduzida pela Portaria nº 33, publicada em 28 de dezembro de 2010, pela Secex do MDIC. A norma tornou mais rígidos os critérios de emissão do certificado de origem, documento que atesta a origem da mercadoria e assegura que foi produzida com base em critérios previamente estabelecidos. A medida prevê que as

entidades adotem um sistema de processamento *online* dos documentos que possibilite a emissão de certificados de origem com assinatura digital, com implementação prevista para 1º de julho de 2011.

Em 29 de junho de 2010, o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) publicou a Resolução nº 8, estabelecendo procedimento para declarar a caducidade do ato de criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). Havia dez ZPEs aprovadas até outubro de 1994, que tinham o prazo até 1º de julho deste ano para comprovar a criação das empresas administradoras e o início das obras de infraestrutura. Em 2010, foi publicado o decreto de criação das seguintes ZPEs: Aracruz (ES), Assu (RN), Barra dos Coqueiros (SE), Bataguassu (MS), Boa Vista (RR), Fernandópolis (SP), Macaíba (RN), Parnaíba (PI), Pecém (CE), Senador Guimard (AC) e Suape (PE).

Política cambial

A condução da política cambial visou, no decorrer do ano, evitar que a liquidez em moeda estrangeira resultasse em excessiva volatilidade e desequilíbrios no mercado de câmbio. Nesse ambiente, o Banco Central manteve a política de fortalecimento de reservas internacionais, comprando, liquidamente, US\$42 bilhões no ano.

A alíquota do IOF para capital estrangeiro em operações de renda fixa foi elevada, de 2% para 4%, em 4 de outubro de 2010, por meio do Decreto nº 7.323, e de 4% para 6%, em 18 de outubro de 2010, por meio do Decreto nº 7.330. Adicionalmente, foi elevada, de 0,38% para 6%, a alíquota do IOF sobre a margem de garantia para os investimentos estrangeiros em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, exigindo-se a aplicação da medida em todas as operações no mercado futuro.

Complementarmente, o CMN, pela Resolução nº 3.914, de 19 de outubro de 2010, vedou a realização de operações de aluguel, troca e empréstimo de títulos, valores mobiliários e ouro ativo financeiro realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a investidor não residente.

O CMN determinou, por meio das Resoluções nº 3.912 e nº 3.915, de 7 e 28 de outubro de 2010, respectivamente, a realização de contrato de câmbio em todas as migrações internas de recursos em real provenientes de aplicações em renda variável efetuadas por investidor não residente, realizadas em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, inclusive os recursos destinados à constituição da margem de garantia, inicial ou adicional. Assim, foi eliminada a possibilidade do investidor não residente ingressar divisas para investimento no mercado de renda variável, com incidência da alíquota de 2% do IOF, posteriormente redirecionando esses recursos para o mercado de renda fixa, no qual se aplica alíquota de 6%.

Ainda com o objetivo de adequar oferta e demanda no mercado de câmbio, o CMN, por meio da Resolução nº 3.911, de 6 de outubro de 2010, ampliou, de 750 dias para 1.500 dias, o prazo para o Tesouro Nacional adquirir dólares no mercado para fazer frente ao serviço da Dívida Pública Federal externa (DPFe). O Tesouro Nacional manteve a estratégia de aquisição de recursos no mercado de câmbio para pagamento de juros e principal da dívida externa, com liquidações de US\$9,3 bilhões. Adicionalmente, visando alongar prazos, reduzir custos e aumentar os pontos da curva de juros da dívida soberana, foi introduzida a reabertura do Global 41, em setembro, totalizando US\$550 milhões, e do BRL 28, em outubro, perfazendo US\$655 milhões.

O acordo de *swap* de moedas com o *Federal Reserve* (Fed), instituído pela Resolução CMN nº 3.631, de 30 de outubro de 2008, e prorrogado duas vezes, foi encerrado em 1º de fevereiro de 2010.

O CMN introduziu, por meio da Resolução nº 3.833, de 28 de janeiro de 2010, a obrigatoriedade de registro das operações de proteção (*hedge*) realizadas com instituições financeiras do exterior ou em bolsas estrangeiras. O registro passou a ser realizado por meio de instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sistema administrado por entidades de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central ou pela CVM. A instituição responsável pelo registro deverá manter a documentação relativa ao registro e à operação de *hedge*. Devido à necessidade de adequação de sistemas operacionais, tanto das instituições quanto das entidades que efetuam o registro das operações, a norma entrou em vigência a partir de 15 de março de 2010.

O Banco Central do Brasil introduziu, por meio da Circular nº 3.506, de 23 de setembro de 2010, nova metodologia de cálculo da taxa do Sistema de Controle e Informações das Taxas de Câmbio (Ptax) e seu cronograma de implantação. O cálculo da Ptax passará a ser realizado através de quatro consultas diárias às instituições credenciadas como *dealers* de câmbio e os resultados de cada consulta serão definidos pela média das respectivas cotações, excluídos os dois maiores e os dois menores valores informados. A taxa Ptax passará a representar a média aritmética simples das quatro consultas e será divulgada por volta das treze horas. O início da fase de homologação da nova metodologia ocorrerá em 21 de janeiro de 2011 e a substituição da metodologia anterior, em 1º de julho de 2011.

O CMN instituiu, com a publicação da Resolução 3.854, de 27 de maio de 2010, a declaração trimestral, obrigatória para pessoas físicas e jurídicas que tenham ativos no exterior que totalizem valor igual ou superior a US\$100 milhões. A declaração trimestral terá como referência as seguintes datas: 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano. As pessoas físicas e jurídicas que possuam, no dia 31 de dezembro de cada ano, ativos no exterior de valor igual ou maior que US\$100 mil continuarão a ter que prestar a declaração anual de capitais brasileiros no exterior.

A Resolução nº 3.844, de 24 de março de 2010, consolidou as disposições gerais sobre capital estrangeiro no país relacionadas a registro de fluxos de investimentos diretos, créditos externos, *royalties*, transferências de tecnologia e arrendamentos mercantis externos.

O Banco Central do Brasil, por meio da Circular nº 3.491, de 24 de março de 2010, regulamentou a matéria. As disposições das normas aprovadas foram incluídas no Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), em título e capítulos próprios, de modo a organizar e sistematizar o arcabouço regulamentar em vigor.

As principais inovações adotadas foram:

- i) as transferências financeiras do e para o exterior, em moeda nacional ou em moeda estrangeira, relativas aos fluxos de capitais estrangeiros de que trata a Resolução CMN nº 3.844, passam a seguir as regras gerais aplicáveis ao mercado de câmbio brasileiro. Nesse sentido, as transferências devem respeitar os princípios da legalidade, fundamentação econômica e respaldo documental;
- ii) foi eliminada a necessidade de autorizações específicas ou manifestações prévias do Banco Central;
- iii) os agentes envolvidos ficam dispensados de fornecer ao Banco Central informações que a Instituição pode obter por meio de outras fontes e/ou mecanismos internos.

Adicionalmente, o CMN alterou as regras para alienação de *Depositary Receipts* (DR) no exterior, tendo facultado, pela Resolução CMN nº 3.845, de 24 de março de 2010, às companhias residentes no país emissoras e/ou ofertantes de DR, manter no exterior o produto da sua alienação. Essa faculdade, entretanto, não se aplica a DR de instituições financeiras, que seguem regras próprias. Para fins de atualização do registro no Banco Central de investimento estrangeiro, o valor obtido com a alienação de DR não ingressado no país no prazo de cinco dias passou a ser automaticamente considerado pelo custodiante nacional como mantido no exterior. Caso o investidor estrangeiro opte pelo resgate de DR e registro do montante em nova modalidade de investimento, como, por exemplo, investimento estrangeiro direto ou renda fixa, a mudança fica condicionada à realização de operação simultânea de câmbio. O Banco Central regulamentou essa medida pela Circular nº 3.492, de 24 de março de 2010.

Em continuidade ao processo de aperfeiçoamento do mercado de câmbio brasileiro, o Banco Central do Brasil, por meio da Circular nº 3.493, de 24 de março de 2010, atualizou o RMCCI, ressaltando-se as seguintes alterações:

- i) eliminação da exigência de contratos simultâneos de câmbio nos pagamento de prêmios e indenizações vinculadas a resseguro internacional, quando transitados em contas em moeda estrangeira tituladas pelo setor segurador;
- ii) autorização às instituições financeiras brasileiras não bancárias e autorizadas a operar com câmbio a manter mais de uma conta em moeda estrangeira em uma

mesma praça no Brasil, ampliando a concorrência nas negociações de transferências internacionais por meio desses agentes, beneficiando, ao final, os remetentes e recebedores de recursos em moeda estrangeira;

- iii) eliminação da necessidade de ficha cadastral específica para operações de câmbio, uma vez que as regras gerais que tratam de prevenção e combate à lavagem de dinheiro já requerem tal providência;
- iv) permissão aos postos de câmbio de instituição autorizada a operar no mercado de câmbio para executar as mesmas operações permitidas às suas agências, ampliando a oferta de serviços bancários;
- v) criação de seção específica sobre o uso de ordens de pagamento em reais oriundas do exterior;
- vi) ampliação do prazo de liquidação dos contratos celebrados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de 360 para até 750 dias, a contar da data da contratação, equiparando os prazos das operações do Tesouro aos das operações cambiais efetuadas no mercado interbancário.

A Receita Federal do Brasil (RFB) passou a exigir, com a publicação da Instrução Normativa nº 1.092, em 2 de dezembro, o fornecimento, na Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira (Dimof), instituído pela Instrução Normativa nº 811, de 28 de janeiro de 2008, dos dados sobre operações cambiais relativas às aquisições de moeda estrangeira; conversões de moeda estrangeira em moeda nacional e transferências de moedas estrangeiras para o exterior.

Movimento de câmbio

Em cenário de elevada liquidez internacional, em que as economias emergentes seguiram captando expressivos fluxos de capitais externos, o mercado de câmbio brasileiro registrou ingressos líquidos de US\$24,4 bilhões em 2010, ante US\$28,7 bilhões no ano anterior.

O segmento comercial registrou déficit de US\$1,7 bilhão, ante superávit de US\$9,9 bilhões no ano anterior, em decorrência de elevações respectivas de 22,1% e 32,3% nas contratações de exportações e de importações, que totalizaram, na ordem, US\$176,6 bilhões e US\$178,2 bilhões. O segmento financeiro, em oposição, proporcionou ingressos líquidos de US\$26 bilhões, ante US\$18,8 bilhões em 2009, resultado de crescimentos respectivos de 12,5% e 11% nas contratações de compras e de vendas de moeda estrangeira.

Quadro 5.1 – Movimento de câmbio contratado

US\$ milhões

Período		Comercial					Financeiro			Saldo	
		Exportações		Importações			Saldo	Compras	Vendas		Saldo
		Total	ACC	PA	Demais						
		(A)					(B)			(C)	
										=(A)+(B)	
2008		187 984	46 110	45 305	96 569	140 084	47 900	421 240	470 123	-48 883	-983
2009	Jan	10 261	2 392	1 515	6 354	9 729	532	18 397	21 947	-3 550	-3 018
	Fev	10 482	2 625	1 902	5 954	7 611	2 871	16 382	18 412	-2 030	841
	Mar	12 202	3 232	2 863	6 107	9 098	3 104	22 022	25 923	-3 901	-797
	Abr	13 801	2 400	4 115	7 285	8 884	4 917	21 267	24 754	-3 487	1 430
	Mai	12 390	2 746	4 532	5 112	10 838	1 551	27 538	25 955	1 583	3 134
	Jun	11 975	2 960	2 939	6 076	12 123	-148	34 999	33 776	1 223	1 076
	Jul	9 886	2 107	2 320	5 459	12 719	-2 833	33 881	29 778	4 103	1 270
	Ago	12 867	2 459	3 238	7 170	11 529	1 339	25 830	24 212	1 618	2 957
	Set	9 819	2 477	2 112	5 231	13 044	-3 225	32 186	27 597	4 590	1 365
	Out	14 304	2 596	2 444	9 265	12 812	1 492	39 705	26 599	13 106	14 598
	Nov	13 148	2 485	3 677	6 986	11 689	1 458	24 863	22 432	2 432	3 890
	Dez	13 532	2 895	4 195	6 442	14 666	-1 135	39 186	36 065	3 120	1 986
	Ano	144 666	31 374	35 851	77 441	134 742	9 924	336 257	317 450	18 808	28 732
2010	Jan	10 723	3 332	1 481	5 910	10 863	-140	23 083	21 868	1 215	1 075
	Fev	10 085	2 684	2 541	4 860	12 371	-2 285	23 765	21 879	1 886	-399
	Mar	16 221	3 202	3 658	9 361	13 826	2 394	27 829	28 109	-280	2 114
	Abr	12 750	3 035	2 684	7 031	13 389	-639	27 897	25 010	2 887	2 248
	Mai	16 301	3 355	4 070	8 876	13 631	2 671	30 494	30 560	-66	2 605
	Jun	13 961	3 025	3 892	7 043	14 749	-788	24 959	28 450	-3 491	-4 279
	Jul	13 984	2 774	4 335	6 875	14 762	-777	28 655	27 166	1 490	712
	Ago	14 984	3 250	3 162	8 572	16 868	-1 884	27 502	26 299	1 203	-680
	Set	14 741	2 622	3 984	8 136	17 730	-2 989	49 171	32 456	16 716	13 726
	Out	17 195	3 408	3 500	10 288	15 418	1 777	34 550	29 409	5 141	6 917
	Nov	17 338	3 603	3 424	10 311	16 836	502	27 332	25 609	1 722	2 225
	Dez	18 306	3 328	4 438	10 540	17 797	509	53 118	55 536	-2 418	-1 910
	Ano	176 590	37 618	41 169	97 802	178 240	-1 650	378 355	352 351	26 004	24 354

A atuação do Banco Central no mercado cambial resultou em compras líquidas de US\$42 bilhões, ante US\$36,5 bilhões em 2009, dos quais US\$41,4 bilhões no mercado *spot* e US\$535 milhões relativos a retornos de operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

A posição de câmbio dos bancos passou de comprada em US\$3,4 bilhões, ao final de 2009, para vendida em US\$16,8 bilhões, ao final de 2010.

O real registrou apreciação nominal de 4,31% ante o dólar norte-americano em 2010, com a cotação de venda da Ptax atingindo R\$1,6662/US\$. Os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo – Disponibilidade Interna (IPA-DI) e pelo IPCA, registraram apreciações respectivas de 11% e 7,7% no ano.

Balanço de pagamentos

A consolidação do processo de recuperação da economia brasileira em 2010 se traduziu em aumento expressivo na demanda por bens e serviços importados e na elevação

Quadro 5.2 – Balanço de pagamentos

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	13 909	11 381	25 290	7 884	12 337	20 221
Exportações	69 952	83 043	152 995	89 187	112 728	201 915
Importações	56 043	71 662	127 705	81 303	100 391	181 694
Serviços	-8 115	-11 130	-19 245	-13 512	-17 295	-30 807
Receitas	12 731	14 997	27 728	14 864	16 957	31 821
Despesas	20 846	26 128	46 974	28 376	34 252	62 628
Rendas	-14 635	-19 050	-33 684	-19 731	-19 835	-39 567
Receitas	4 689	4 137	8 826	3 124	4 229	7 353
Despesas	19 324	23 186	42 510	22 855	24 064	46 919
Transferências unilat. correntes	-1 664	-1 673	-3 338	-1 512	-1 276	-2 788
Receitas	-2 303	-2 432	-4 736	-2 344	-2 316	-4 661
Despesas	639	759	1 398	833	1 040	1 873
Transações correntes	-7 177	-17 125	-24 302	-23 847	-23 518	-47 365
Conta capital e financeira	18 691	52 610	71 301	42 950	56 712	99 662
Conta capital ^{1/}	581	548	1 129	494	625	1 119
Conta financeira	18 110	52 062	70 172	42 456	56 087	98 543
Investimento direto (líquido)	14 464	21 569	36 033	3 215	33 704	36 919
No exterior	1 798	8 286	10 084	-8 881	-2 638	-11 519
Participação no capital	-1 190	-3 355	-4 545	-12 110	-14 673	-26 782
Empréstimos intercompanhias	2 988	11 641	14 629	3 229	12 035	15 263
No país	12 665	13 283	25 949	12 096	36 342	48 438
Participação no capital	7 718	12 188	19 906	12 256	27 860	40 117
Empréstimos intercompanhias	4 948	1 095	6 042	-160	8 481	8 321
Investimentos em carteira	1 397	48 886	50 283	22 790	40 221	63 011
Ativos	-866	4 990	4 125	-375	-4 408	-4 784
Ações	-524	3 106	2 582	896	5 315	6 211
Títulos de renda fixa	-342	1 884	1 542	-1 271	-9 724	-10 995
Passivos	2 263	43 896	46 159	23 166	44 629	67 795
Ações	3 030	34 041	37 071	9 737	27 948	37 684
Títulos de renda fixa	-768	9 855	9 087	13 429	16 682	30 111
Derivativos	212	-56	156	-17	-95	-112
Ativos	294	29	322	74	59	133
Passivos	-81	-85	-166	-91	-154	-245
Outros investimentos ^{2/}	2 037	-18 337	-16 300	16 468	-17 743	-1 274
Ativos	-12 361	-18 015	-30 376	-12 079	-30 496	-42 575
Passivos	14 399	-323	14 076	28 547	12 753	41 301
Erros e omissões	-96	-251	-347	-2 437	-760	-3 197
Resultado do balanço	11 417	35 234	46 651	16 666	32 434	49 101
Memo:						
Transações correntes/PIB	-1.15	-1.76	-1.52	-2.32	-2.21	-2.27
Amort. médio e longo prazos ^{3/}	12 310	17 811	30 121	15 964	17 880	33 844

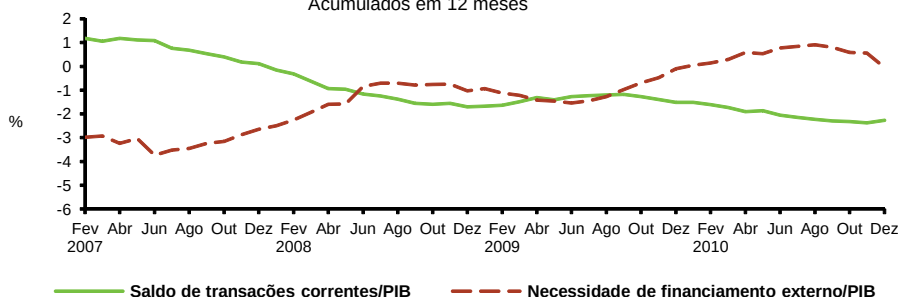
1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.

Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

Gráfico 5.1
Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de
financiamento externo
Acumulados em 12 meses



das remessas líquidas de renda, com impacto sobre o déficit em transações correntes, que totalizou o recorde de US\$47,4 bilhões no ano. Em sentido inverso, a solidez macroeconômica do país, expressa em expectativas de risco declinante e retornos crescentes para os investimentos, favoreceu o ingresso líquido de US\$99,7 bilhões na conta capital e financeira. O superávit do balanço de pagamentos totalizou US\$49,1 bilhões em 2010.

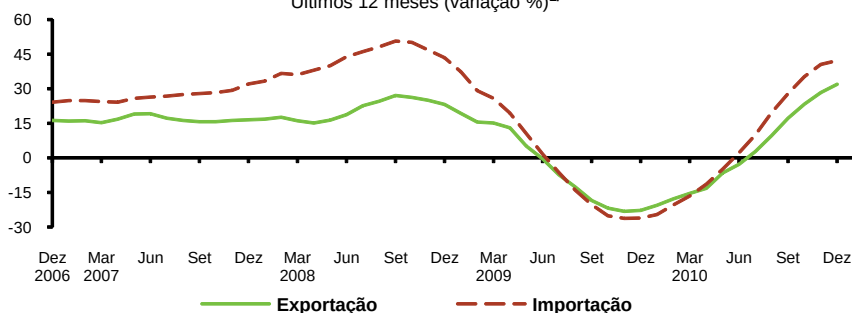
Quadro 5.3 – Balança comercial – FOB

US\$ milhões

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Fluxo de comércio
2009	152 995	127 722	25 272	280 717
2010	201 915	181 649	20 267	383 564
Variação %	32,0	42,2	-19,8	36,6

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.2
Exportação e importação – FOB
Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



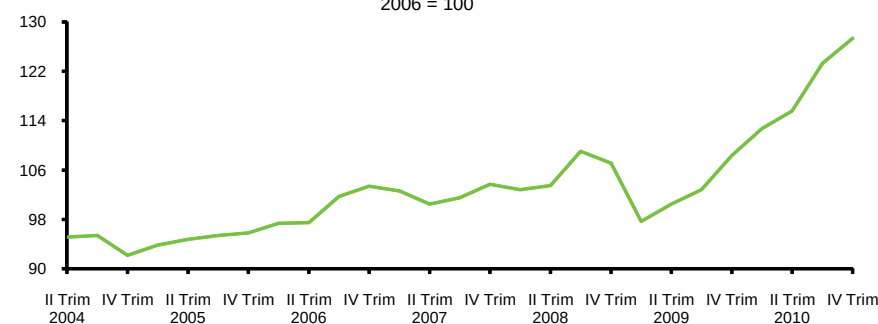
Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Sobre igual período do ano anterior.

Balança comercial

A balança comercial registrou superávit de US\$20,3 bilhões em 2010, décimo resultado positivo em sequência. O recuo de 19,8% em relação ao ano anterior refletiu os aumentos anuais respectivos de 42,2% e 32% registrados nas importações e nas exportações, que totalizaram, na ordem, US\$181,6 bilhões e US\$201,9 bilhões. Vale ressaltar que, nos últimos meses do ano, ocorreram indícios de alteração dessa dinâmica, com desaceleração no ritmo de expansão das importações. A corrente de comércio, após registrar retração em 2009, cresceu 36,6% em 2010.

Gráfico 5.3
Índice de termos de troca
2006 = 100



Fonte: Funcex

Quadro 5.4 – Índices de preço e *quantum* de exportação

Variação % sobre o ano anterior

Discriminação	2009		2010	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	-13,4	-10,7	20,5	9,5
Básicos	-17,5	2,9	30,4	11,4
Semimanufaturados	-20,3	-5,0	29,0	6,6
Manufaturados	-5,8	-22,8	8,5	8,9

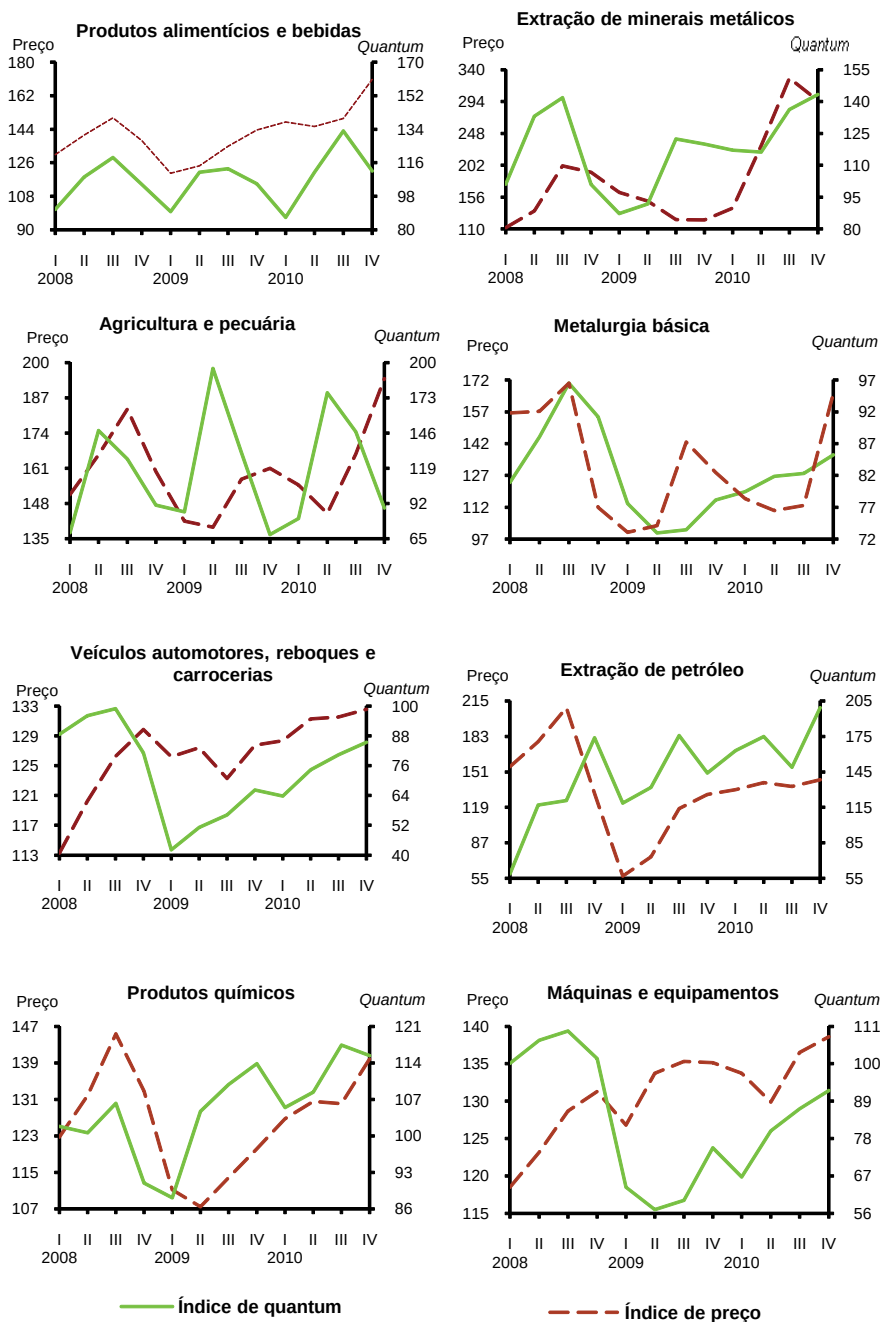
Fonte: Funcex

Os termos de troca mantiveram-se na tendência de expansão observada em 2009, atingindo, ao longo do ano, consecutivos recordes. Esse desempenho e o aumento no volume de mercadorias comercializado impulsionaram a aceleração do fluxo do comércio exterior em 2010.

O crescimento anual das exportações, refletindo elevações de 20,5% nos preços e de 9,5% no *quantum*, traduziu expansões generalizadas nas vendas em todas as categorias de fator agregado, atingindo 44,7%, 37,1% e 17,7% nas relativas a produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, respectivamente.

A elevação nos embarques de produtos básicos refletiu elevações de 30,4% nos preços e de 11,4% no *quantum*. Em relação aos preços, destacaram-se os aumentos anuais nos relativos a minérios de ferro, 86,7%; petróleo, 44,8%; minério de cobre, 45,9%;

Gráfico 5.4
Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras
2006 = 100



Fonte: Funcex

café cru, 26,1%; e carnes de suíno, 25,9%. A evolução da quantidade exportada esteve associada, em especial, às expansões relativas a milhos em grãos, 38,5%; petróleo, 21,4%; minérios de ferro, 16,4%; e farelo de soja, 11,1%, contrastando com as retrações nas quantidades referentes a fumos em folhas e carne de suíno.

No âmbito dos produtos semimanufaturados, que assinalaram crescimentos de 29% nos preços e de 6,6% no *quantum*, registraram-se elevações significativas nos preços de açúcar de cana em bruto, 479,8%, consistente com as restrições de oferta na Índia, principal produtor mundial da *commodity*; celulose, 40,2%; couros e peles, 34,7%; e produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 32,3%. Em relação ao comportamento do *quantum* exportado na categoria, destacaram-se as expansões anuais nas vendas de açúcar de cana em bruto, 16,3%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 12,5%; e ferro-ligas, 28,8%; e os recuos nos referentes a óleo de soja, 19,5%; alumínio em bruto 27,2%; e madeira serrada ou fendida 48,9%.

As vendas externas de produtos manufaturados traduziram aumentos de 8,5% nos preços e de 8,9% no *quantum*. Ocorreram elevações expressivas nos preços dos itens açúcar refinado, 29,9%; óleos combustíveis, 24,8%; polímeros de etileno, propileno e estireno, 36,3%; e hidrocarbonetos e seus derivados, 50,9%. Relativamente às quantidades exportadas, destacaram-se os aumentos nos itens automóveis de passageiros, 33,8%; autopeças, 30,2%; veículos de carga, 59%; e partes de motores para veículos automóveis, 78,5%, em oposição aos recuos registrados nas quantidades exportadas de polímeros de etileno, propileno e estireno, 15,1%; álcool etílico, 42,6%; fio-máquina, 19,7%; e suco de laranja, 19,1%.

As exportações dos oito principais setores representaram, de acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), 78,3% do total exportado pelo país em 2010. Observaram-se, no ano, expansões de preços em todos os segmentos citados, com destaque para as relativas a minerais metálicos, 77,4%; petróleo, 46,7%; e metalurgia básica, 18,6%. Entre as elevações nas quantidades exportadas, ressaltam-se

Quadro 5.5 – Índices de preço e *quantum* de importação

Variação % sobre o ano anterior

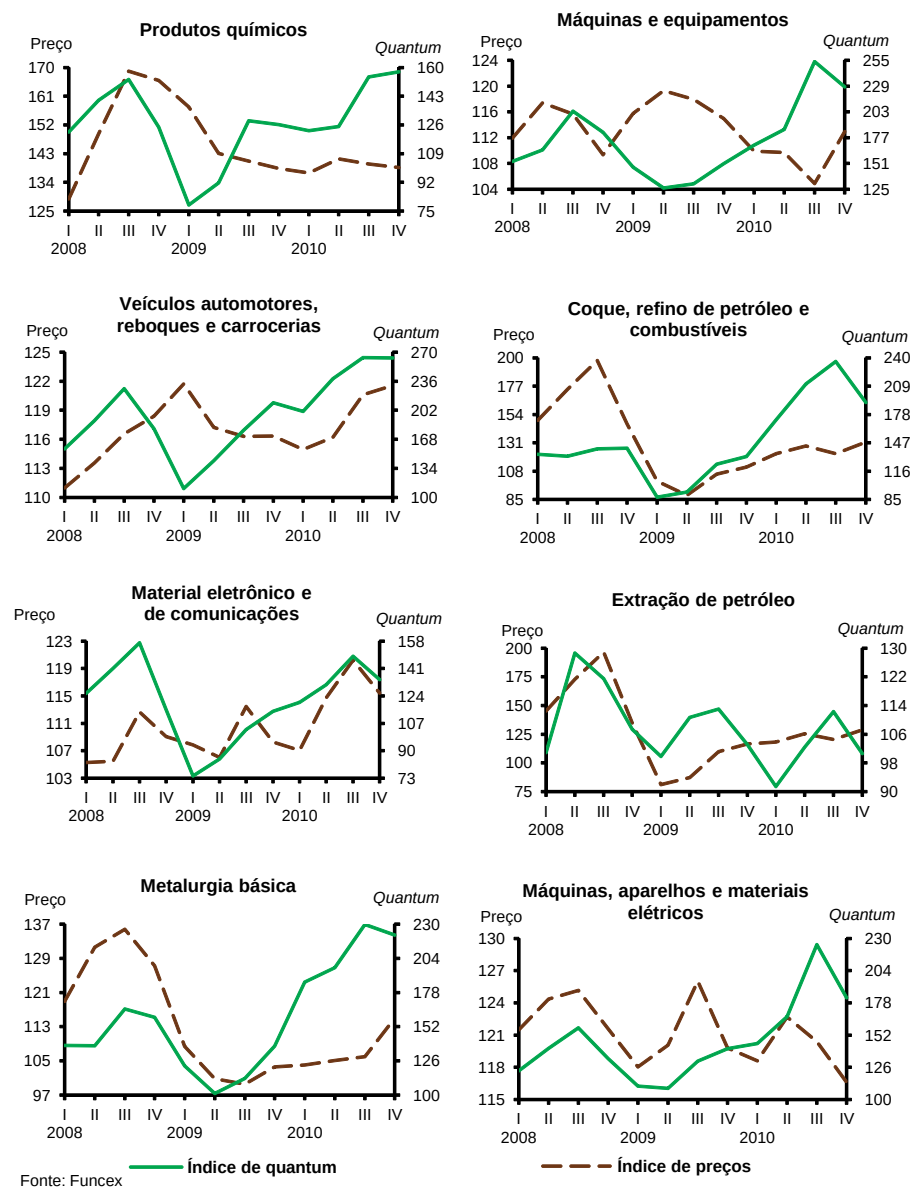
Discriminação	2009		2010	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	-11.3	-16.9	3.9	37.0
Bens de capital	-1.8	-15.7	-3.7	43.3
Bens intermediários	-8.6	-20.9	2.6	36.6
Bens de consumo duráveis	-1.2	-6.7	3.6	52.9
Bens de consumo não duráveis	-1.1	2.0	10.4	18.0
Combustíveis e lubrificantes	-36.0	-14.2	22.3	21.6

Fonte: MDIC (elaboração Bacen)

as referentes a veículos automotores, reboques e carrocerias, 41%; máquinas e equipamentos, 27,3%; e minerais metálicos, 21,7%.

A expansão anual das importações decorreu de elevações de 37% nas quantidades adquiridas e de 3,9% nos preços. Ocorreram aumentos nas aquisições em todas as categorias de uso, com ênfase na expansão de 59,3% nas relativas a bens duráveis, seguindo-se as elevações nas compras de combustíveis e lubrificantes, 50,7%;

Gráfico 5.5
Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras
2006 = 100



matérias-primas e produtos intermediários, 39,8%; bens de capital, 37,5%; e bens de consumo não duráveis, 29,1%.

A evolução anual dos embarques de matérias-primas e produtos intermediários refletiu elevações de 2,6% nos preços e de 36,6% no *quantum*. O crescimento anual registrado no *quantum* foi impulsionado, principalmente, pelos aumentos relativos a laminados planos de ferro ou aço, 166,2%; cloreto de potássio, 76,9%; e naftas, 59%. Quanto aos preços, destacaram-se as elevações nos associados a cátodos de cobre, 51,6%; circuitos integrados e microconjuntos, 31,7%; e naftas, 29,9%, em contraste com os recuos anuais observados nos preços de cloreto de potássio, 39,5%, e de laminados planos de ferro ou aço, 14,6%.

As compras externas de bens de capital traduziram variações de -3,7% nos preços e de 43,3% no *quantum*, esta evidenciando as expansões nas quantidades adquiridas de máquinas e aparelhos de terraplanagem, 91,9%; bombas, compressores e ventiladores, 61,9%; e motores, geradores e transformadores elétricos, 43,3%. O recuo de preços da categoria refletiu, em especial, as reduções nos relativos a circuitos impressos, 20,5%; máquinas e aparelhos de terraplanagem, 16,7%; e instrumentos e aparelhos de medida, 5,6%.

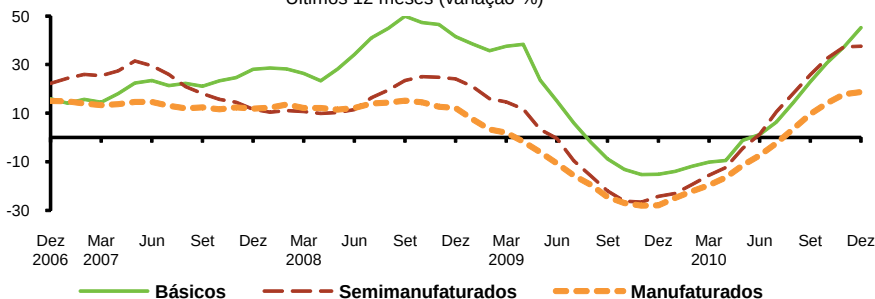
Quadro 5.6 – Exportação por fator agregado – FOB

US\$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010
Total	137 807	160 649	197 942	152 995	201 915
Produtos básicos	40 285	51 596	73 028	61 957	90 005
Produtos industrializados	94 541	105 743	119 756	87 848	107 770
Semimanufaturados	19 523	21 800	27 073	20 499	28 207
Manufaturados	75 018	83 943	92 683	67 349	79 563
Operações especiais	2 981	3 311	5 159	3 189	4 140

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.6
Exportação por fator agregado – FOB
Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



No âmbito das importações de bens de consumo duráveis, que registraram elevações de 3,6% nos preços e de 52,9% no *quantum*, destacaram-se os aumentos no *quantum* de partes de aparelhos transmissores, 136,2%; lâmpadas, tubos elétricos e faróis, 129,2%; e móveis e suas partes, 76,2%, e nos preços de partes de aparelhos transmissores, 8,8%; e automóveis de passageiros, 5,5%. Em relação às aquisições de bens de consumo não duráveis, que refletiram expansões de 10,4% nos preços e de 18% no *quantum*, ressaltaram-se os crescimentos nas quantidades importadas de produtos de perfumaria e toucador, 43,2%; produtos hortícolas preparados, 53,6%; e brinquedos e jogos, 38,7%, e nos preços de calçados e suas partes, 17,2%, e produtos de perfumaria e toucador, 9,4%.

As aquisições externas dos oito principais setores importadores responderam por 71,9% do total em 2010. Ocorreram aumentos no *quantum* importado em todos os segmentos, ressaltando-se os relativos a coque, refino de petróleo e combustíveis, 86%; metalurgia básica, 76,4%; máquinas e equipamentos, 50,9%; e veículos automotores, reboques e carrocerias, 50,2%. As variações de preços não apresentaram comportamento uniforme nos setores considerados, observando-se crescimento anual nos relativos a extração de petróleo, 24,9%, e coque, refino de petróleo e combustíveis, 24,5%; e recuos nos referentes a máquinas e equipamentos, 6,5%, e produtos químicos, 4%.

Quadro 5.7 – Exportação – FOB – Principais produtos básicos

Variação % de 2010 sobre 2009 – Média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Minérios de ferro e seus concentrados	117.4	86.7	16.4	32.1
Óleos brutos de petróleo	75.8	44.8	21.4	17.9
Soja mesmo triturada	-3.7	-5.0	1.4	12.3
Carne e miúdos de frango	19.7	13.4	5.5	6.4
Café cru em grãos	37.2	26.1	8.8	5.8
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	2.3	-7.9	11.1	5.2
Carne de bovino	27.2	24.4	2.3	4.3
Fumo em folhas e desperdícios	-9.9	21.4	-25.8	3.0
Milho em grãos	69.5	22.4	38.5	2.5
Minérios de cobre e seus concentrados	53.5	45.9	5.2	1.4
Carne de suíno	9.8	25.9	-12.7	1.4
Algodão em bruto	19.5	18.2	1.1	0.9
Bovino vivo	47.9	18.7	24.6	0.7
Carnes salgadas, incluídas as de frango	5.8	10.7	-4.4	0.6
Minérios de manganês e seus concentrados	90.9	32.5	44.1	0.4
Tripas e buchos de animais	5.5	-16.1	25.7	0.4
Caulim e outras argilas caulínicas	8.4	-3.1	11.8	0.3
Minérios de alumínio e seus concentrados	70.7	-23.3	122.6	0.3
Miudezas de animais, comestíveis	1.4	3.0	-1.5	0.3
Castanha-de-caju	-1.4	13.2	-12.9	0.3
Demais produtos básicos	18.9	-	-	3.5

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

^{2/} Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

^{3/} Participação percentual no total da categoria de produtos básicos.

As exportações médias diárias totais assinalaram crescimento anual de 31,4% em 2010, reflexo de expansões nas vendas de produtos básicos, 44,7%; semimanufaturados, 37,1%; e manufaturados, 17,7%.

A média diária dos embarques de produtos básicos atingiu US\$359 milhões, elevando-se 44,7% no ano. As exportações dos três principais produtos da categoria – minério de ferro, petróleo e soja – responderam por 62,3% das vendas do segmento e registraram variações anuais respectivas de 117,4%, 75,8% e -3,7%.

Os países asiáticos foram o principal destino das exportações de produtos básicos, US\$161 milhões diários, equivalentes a 45% das vendas da categoria e a 72% das exportações médias diárias direcionadas à região, e registrando aumento anual de 54,9%. A China constituiu o mercado de 63,5% dos produtos básicos exportados à Ásia, seguindo-se Japão, 12,5%; e Coreia do Sul, 5,6%. Os principais produtos embarcados para a região foram minérios de ferro e seus concentrados, 47,1% do total da categoria; soja, 20,2%; e petróleo, 13,3%.

As exportações médias diárias de produtos básicos à União Europeia (UE) totalizaram US\$85 milhões, expandindo-se 31,2% no ano e passando a representar 23,7% dos embarques da categoria e 49,5% das exportações brasileiras ao bloco. A Alemanha se tornou o principal país de destino de produtos básicos no âmbito da UE, 22% do total, seguindo-se os Países Baixos, 21,2%; Espanha, 10,4%; França, 9,7%; e Itália, 9,1%. Destacaram-se as vendas de minérios de ferro e seus concentrados, 26,9% do total; farelo de soja, 15,5%; café cru em grãos, 13,5%; soja, 10,8%; e petróleo, 10,5%, ressaltando-se que as vendas de minérios de ferro e seus concentrados expandiram 214,9% e as de soja recuaram 33,9%, no ano.

Os embarques de produtos básicos à América Latina e ao Caribe registraram média diária de US\$34 milhões, dos quais 16,9% direcionados aos países do Mercosul. Ressalte-se que as exportações a esse bloco aumentaram 48,9% no ano e equivaleram a 9,5% das exportações da categoria e a 17,7% das vendas à região. Os principais países de destino foram Santa Lúcia, 32,2%; Venezuela, 16,1%; Chile, 15%; e Argentina, 13,8%. Os embarques para a região se concentraram em petróleo, 51%, do quais 63,1% para Santa Lúcia; minérios de ferro e seus concentrados, 15,4%; e bovinos vivos, 7,3%.

As vendas médias diárias de produtos básicos aos EUA atingiram US\$24 milhões, elevando-se 46,8% no ano e representando 6,7% dos embarques da categoria e 30,8% do total direcionado ao país. Essas exportações concentraram-se em petróleo, 64,2% do total; café cru em grãos, 17,7%; e fumo em folhas, 4%.

As exportações médias diárias de produtos básicos aos demais países somaram US\$54 milhões, elevando-se 36,7% no ano, respondendo por 15,1% das vendas da categoria e por 38,9% do total exportado a esses países. Os produtos básicos

Quadro 5.8 – Exportação por fator agregado e região – FOB

Média diária – US\$ milhões

Produto	2009		2010		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2009	Participação %	
				No total	No bloco
Total	612	804	31,4	100,0	-
Básicos	248	359	44,7	44,6	-
Semimanufaturados	82	112	37,1	14,0	-
Manufaturados	269	317	17,7	39,4	-
Operações especiais	13	16	29,3	2,1	-
América Latina e Caribe	143	191	34,1	23,8	100,0
Básicos	23	34	48,9	4,2	17,7
Semimanufaturados	4	7	62,8	0,9	3,7
Manufaturados	115	150	30,1	18,6	78,4
Operações especiais	0	0	21,7	0,0	0,1
Mercosul	63	90	42,2	11,2	100,0
Básicos	2	6	132,5	0,7	6,4
Semimanufaturados	1	2	87,4	0,3	2,5
Manufaturados	60	82	37,6	10,2	91,0
Operações especiais	0	0	35,3	0,0	0,2
EUA ^{1/}	63	78	23,2	9,6	100,0
Básicos	16	24	46,8	3,0	30,8
Semimanufaturados	8	13	52,3	1,6	16,4
Manufaturados	38	40	6,6	5,0	52,0
Operações especiais	0	1	23,4	0,1	0,8
União Européia	136	172	26,2	21,4	100,0
Básicos	65	85	31,2	10,6	49,5
Semimanufaturados	15	24	58,6	3,0	14,2
Manufaturados	55	61	12,2	7,6	35,7
Operações especiais	1	1	-17,1	0,1	0,6
Ásia	161	224	39,3	27,9	100,0
Básicos	104	161	54,9	20,1	72,0
Semimanufaturados	35	40	13,0	4,9	17,7
Manufaturados	21	23	6,8	2,8	10,2
Operações especiais	0	0	7,7	0,0	0,1
Demais	109	140	27,7	17,4	100,0
Básicos	40	54	36,7	6,7	38,9
Semimanufaturados	19	29	51,6	3,6	20,5
Manufaturados	40	42	5,5	5,3	30,3
Operações especiais	11	14	35,8	1,8	10,3

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Inclui Porto Rico.

adquiridos por esse grupo de países se concentraram em carne de frango, 23,7%; carne de bovino, 21,5%; minério de ferro e seus concentrados, 19,7%; e carne de suíno, 6,3%, destacando-se as participações da Rússia, 17,2% do total; Arábia Saudita, 15,9%; Irã, 9,4%; e Egito, 8,6%.

Os embarques de bens semimanufaturados registraram média diária de US\$112 milhões em 2010, expandindo-se 37,1% no ano. A pauta da categoria concentrou-se em açúcar

Quadro 5.9 – Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados

Variação % de 2010 sobre 2009 – Média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Açúcar de cana em bruto	55.0	479.8	16.3	33.0
Pastas químicas de madeira	43.0	40.2	2.0	16.8
Produtos semimanufaturados, de ferro/aço	48.9	32.3	12.5	9.2
Ferro-ligas	42.3	10.5	28.8	7.2
Ouro em formas semimanuf., uso não monetário	27.0	26.6	0.3	6.3
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	49.7	34.7	11.1	6.1
Ferro fundido bruto e ferro <i>spiegel</i>	13.9	11.9	1.7	4.2
Óleo de soja em bruto	9.0	35.4	-19.5	3.9
Alumínio em bruto	-11.2	21.9	-27.2	3.4
Catodos de cobre	4.4	6.8	-2.2	1.5
Madeira serrada/fendida longitud. > 6mm	-21.2	54.3	-48.9	1.2
Borracha sintética e borracha artificial	35.5	66.3	-18.5	1.1
Ligas de alumínio, em bruto	40.7	59.3	-11.7	0.7
Manteiga, gordura e óleo de cacau	201.7	84.1	63.9	0.7
Catodos de níquel	-13.0	12.0	-22.3	0.6
Zinco em bruto	4.3	-13.3	20.3	0.5
Madeira em estilhas ou em partículas	43.6	36.5	5.2	0.5
Mates de níquel	21.0	5.0	15.2	0.4
Ceras vegetais	65.3	15.0	43.7	0.4
Sucos e extratos vegetais	95.0	87.8	3.8	0.3
Demais produtos semimanufaturados	9.2	-	-	1.8

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.^{2/} Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.^{3/} Participação percentual no total da categoria de produtos semimanufaturados.

em bruto, 33% do total; celulose, 16,8%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 9,2%; ferro-ligas, 7,2%; ouro em formas semimanufaturadas, 6,3%; e couros e peles, 6,1%, que responderam, em conjunto, por cerca de 80% das exportações da categoria.

A Ásia foi o principal destino dos produtos semimanufaturados, US\$40 milhões diários, correspondendo a 35,3% das vendas da categoria e a 17,7% do total exportado à região, com crescimento anual de 13%. As exportações à Ásia se concentraram em açúcar de cana em bruto, 27,9% do total; celulose, 16,4%, dos quais 40,1% para a China; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 15,2%; ferro-ligas, 9,5%; e óleo de soja em bruto, 8,9%. Os principais países de destino na região foram China, 36,4% do total; Japão, 11,7%; Coreia do Sul, 10,5%; e Índia, 10,2%, com recuo de 33,6% explicado, especialmente, pela retração nas exportações de açúcar de cana em bruto e óleo de soja em bruto.

As exportações de produtos semimanufaturados direcionados à UE registraram média diária de US\$24 milhões, com crescimento anual de 58,6%, representando 21,7% das vendas da categoria e 14,2% do total exportado ao bloco. Os Países Baixos foram o

principal destino, 29,2% do total; seguindo-se Itália, 20,6%; Reino Unido, 18,7%; e Bélgica, 7%. As exportações de celulose representaram 36,7% do total; seguindo-se as relativas a ouro em formas semimanufaturadas, 14,4%; ferro-ligas, 11,6%; e couros e peles, 9,3%.

As vendas médias diárias de produtos semimanufaturados aos EUA aumentaram 52,3% no ano, para US\$13 milhões, equivalendo a 11,3% das exportações da categoria e a 16,4% do total embarcado ao país. Os principais itens foram celulose, 26,5% do total;

Quadro 5.10 – Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados

Variação % de 2010 sobre 2009 – Média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Automóveis de passageiros	35,6	1,3	33,8	9,5
Aviões	2,5	8,2	-5,3	8,5
Açúcar refinado	43,4	29,9	10,4	7,4
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	41,0	8,3	30,2	7,3
Óleos combustíveis (diesel, fuel-oil etc.)	27,9	24,8	2,5	5,5
Produtos laminados planos de ferro/aço	10,8	13,8	-2,6	3,9
Óxidos e hidróxidos de alumínio	33,1	12,7	18,1	3,7
Veículos de carga	74,7	9,9	59,0	3,6
Polímeros de etileno, propileno e estireno	15,7	36,3	-15,1	3,5
Motores/geradores/transform. elétricos e partes	-9,3	-9,4	0,1	3,5
Partes de motores para veículos automóveis	64,4	-7,9	78,5	3,2
Aparelhos transm. ou receptores e componentes	-17,5	-26,7	12,6	3,2
Calçados, suas partes e componentes	8,9	0,7	8,1	3,2
Bombas, compressores, ventiladores etc.	31,3	2,6	28,0	3,2
Máq. e apar. p/ terraplanagem, perfuração etc.	124,2	-3,0	131,0	2,9
Pneumáticos	20,5	8,6	11,0	2,9
Papel e cartão para fins gráficos	24,7	8,3	15,1	2,6
Suco de laranja não congelado	18,8	18,0	0,7	2,3
Tratores	63,3	10,0	48,4	2,2
Hidrocarbonetos e seus derivados halogenados etc.	44,1	50,9	-4,5	2,2
Álcool etílico	-24,5	31,6	-42,6	2,2
Motores para veículos automóveis	82,8	11,3	64,2	2,1
Medicamentos para medicina humana e veterinária	16,1	11,6	4,1	2,1
Chassis com motor e carroçarias para veíc. automóveis	33,4	3,2	29,2	2,0
Rolamentos e engrenagens, partes e peças	47,5	-9,4	62,8	1,7
Móveis e suas partes	10,7	9,6	1,0	1,6
Fio-máquina e barras de ferro ou aço	10,1	37,1	-19,7	1,6
Compostos de funções nitrogenadas	28,7	28,0	0,5	1,6
Máquinas e apar. para uso agrícola (exceto tratores)	73,0	10,8	56,1	1,5
Suco de laranja congelado	-3,3	19,5	-19,1	1,5
Demais produtos manufaturados	8,5	-	-	68,0

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos manufaturados.

ferro fundido bruto e ferro *spiegel*, 19,4%; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 12,4%; e ferro-ligas, 7,3%.

As exportações médias diárias de bens semimanufaturados à América Latina e ao Caribe somaram US\$7 milhões, com expansão anual de 62,8%, equivalendo a 6,3% do total da categoria e a 3,7% das vendas brasileiras a esses países. Essa pauta se concentrou em produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 25,8% do total; açúcar de cana em bruto, 25,7%; borracha sintética e borracha artificial, 7,2%; e ferro-ligas, 5,9%. Os principais destinos na região foram Argentina, 27,1% do total; Venezuela, 25,9%; México, 19%; e Peru, 5,9%.

Os embarques médios diários de produtos semimanufaturados aos demais países atingiram US\$29 milhões, registrando aumento anual de 51,6% e passando a representar 25,5% das vendas da categoria e 20,5% do total direcionado ao grupo. Entre os itens exportados a esses países, ressaltam-se as vendas de açúcar de cana em bruto, responsável por 75% do total; ouro em formas semimanufaturadas, 9,9%; alumínio em bruto, 6%; e óleo de soja em bruto, 3%. Os principais países de destinos foram Rússia, 22% do total; Suíça, 13,2%; Irã, 10,6%; e Argélia, 8%.

A média diária das vendas de bens manufaturados totalizou US\$317 milhões em 2010, crescimento anual de 17,7%. Os principais produtos exportados foram automóveis de passageiros, 9,5% do total; aviões, 8,5%; açúcar refinado, 7,4%; autopeças, 7,3%; e óleos combustíveis, 5,5%.

O principal destino das exportações de produtos manufaturados foi América Latina e Caribe, média diária de US\$150 milhões, com aumento anual de 30,1% e respondendo por 47,3% das vendas da categoria e por 78,4% dos produtos embarcados para a região. As vendas se concentraram em automóveis, 10% do total; autopeças, 6,8%; veículos de carga, 4%; óleos combustíveis, 3,8%; e aparelhos transmissores ou receptores, 3,2%. As exportações de bens manufaturados se direcionaram especialmente para Argentina, 44,7% do total; México, 8,6%; Chile, 7,8%; Paraguai, 6,3%; e Venezuela, 5,4%.

As vendas médias diárias de produtos manufaturados direcionados à UE somaram US\$61 milhões, aumentando 12,2% no ano e representando 19,4% das exportações da categoria e 35,7% dos embarques para o bloco. Essa pauta concentrou-se em aviões, 9% do total; suco de laranja, 6%; tubos flexíveis de ferro e aço, 4,1%; partes de motores de automóveis e automóbiles, 3,5% cada; e calçados, 3,2%. Os países com maior participação foram Países Baixos, 25,4% do total; Alemanha, 20%; Reino Unido, 11,8%; Bélgica, 10,6; Espanha, 8,3%; e França, 7,5%.

A média diária das exportações de manufaturados para os EUA registrou aumento anual de 6,6%, somando US\$40 milhões e equivalendo a 12,7% do total da categoria e a 52% das vendas ao país. Os principais itens embarcados foram partes de motores para

automóveis e obras de mármore e granito, com participações individuais de 4,8% no total; hidrocarbonetos e seus derivados, 4,7%; aviões, 4,3%; pneumáticos, 4%; motores, geradores e transformadores elétricos, 3,7%; e calçados, 3,4%.

As exportações médias diárias de bens manufaturados à Ásia atingiram US\$23 milhões em 2010, elevando-se 6,8% no ano, com participações respectivas de 7,2% e 10,2% nas vendas brasileiras da categoria e à região. Essa pauta concentrou-se em aviões, 9,4% do total; óleos combustíveis, 9,2%; açúcar refinado, 9,1%; álcool etílico, 6,4%; e produtos laminados planos de ferro ou aço, 5,5%. A China foi o principal mercado desses produtos na região, 24,3% do total; seguindo-se Japão, 15,3%; Cingapura, 13,8%; Índia, 12,8%; e Coreia do Sul, 8,1%.

A média diária de manufaturados brasileiros adquiridos pelos demais países registrou expansão anual de 5,5% em 2010, para US\$42 milhões, representando 13,4% das vendas da categoria e 30,3% dos embarques a esses países. Essas exportações se concentraram em açúcar refinado, 25,5% do total; óxidos e hidróxidos de alumínio, 14,2%; aviões, 6,2%; máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração, 2,8%;

Quadro 5.11 – Exportação por intensidade tecnológica – FOB

US\$ milhões – Média diária

Discriminação	2009	2010		
		Valor	Var.%	Part.%
Total	612	804	31,4	100,0
Produtos industriais	418	511	22,2	63,6
Alta tecnologia	36	37	2,5	4,6
Aeronáutica e aeroespacial	18	19	2,9	2,3
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	6	7	17,5	0,9
Outros	12	11	-5,8	1,4
Média-alta tecnologia	109	145	32,9	18,0
Veículos automotores, reboques e semirreboques	37	56	48,8	6,9
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	30	38	24,8	4,7
Máquinas e equipamentos mecânicos n.e.	28	36	28,9	4,5
Outros	13	15	15,1	1,9
Indústria de média-baixa tecnologia	99	117	18,6	14,6
Produtos metálicos	60	71	18,8	8,8
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	23	27	15,8	3,3
Outros	16	19	21,5	2,4
Indústria de baixa tecnologia	175	212	21,7	26,4
Alimentos, bebidas e tabaco	127	153	20,3	19,0
Madeira e seus produtos, papel e celulose	27	35	29,5	4,3
Têxteis, couro e calçados	15	19	23,3	2,4
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	5	6	11,6	0,7

Fonte: MDIC/Secex

Nota: 2010, 251 dias úteis; 2009, 250 dias úteis.

e motores, geradores e transformadores elétricos, 2,6%. Os principais destinos foram Canadá, 11,4% do total; África do Sul, 8,5%; Emirados Árabes Unidos, 7,9%; Angola, 6,7%; e Nigéria, 4,9%.

As operações especiais – transações especiais, consumo de bordo e reexportações – atingiram média diária de US\$16 milhões em 2010, elevando-se 29,3% no ano e concentrando-se em óleos combustíveis utilizados em reabastecimento de navios e aeronaves, 86,2% do total, e reexportações, 8,9%.

As exportações médias diárias de produtos industriais totalizaram US\$511 milhões em 2010, registrando aumento anual de 22,2%. Esses produtos representaram 63,6% das exportações brasileiras, distribuindo-se em indústrias de baixa tecnologia, 26,4% do total; média-baixa tecnologia, 14,6%; média-alta tecnologia, 18%; e alta tecnologia, 4,6%.

As exportações de produtos industrializados de baixa tecnologia somaram US\$212 milhões diários, registrando expansão anual de 21,7%. As vendas concentraram-se no setor de alimentos, bebidas e tabaco, destacando-se as relativas a açúcar de cana em bruto, 17,5% do total; carne de frango, 10,9%; farelo de soja, 8,9%; carne de bovino, 7,2%; e açúcar refinado, 6,5%. Além desses produtos, destacaram-se as vendas de celulose, 8,9% do total; couros e peles, 3,2%; e calçados, 2,8%. Os Países Baixos se tornaram principal destino desses produtos, 7,7% do total; seguindo-se os EUA, 7,4%; Rússia, 6,9%; China, 6,3%; e Irã e Arábia Saudita, 3,3% cada.

Os embarques médios diários de produtos industrializados de média-alta tecnologia cresceram 32,9% no ano, para US\$145 milhões. Destacaram-se as vendas do setor automotivo, com ênfase em automóveis, 12,2% do total; autopeças, 9,4%; veículos de carga, 4,7%; partes de motores para automóveis, 4,2%; e motores para automóveis, 2,8%; e as referentes a polímeros de etileno, propileno e estireno, 4,6%; motores, geradores e transformadores elétricos, 4,5%; bombas, compressores, ventiladores, 4,1%; máquinas e aparelhos para terraplanagem, 3,8%; e hidrocarbonetos e seus derivados, 2,9%. Os principais destinos desse segmento foram Argentina, 30,4% do total; EUA, 11,5%; México, 6,4%; Alemanha, 4,9%; Chile, 4,8%; Paraguai, 3,3%; e Países Baixos, 2,9%.

A média diária das vendas de produtos industrializados de média-baixa tecnologia atingiu US\$117 milhões, registrando crescimento de 18,6% em relação a 2009. Essa pauta se concentrou em óleos e combustíveis para provisionamento de navios e aeronaves (consumo de bordo), 12,2% do total; produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 8,9%; óleos combustíveis, 8,8%; ferro-ligas, 7%; produtos laminados planos de ferro ou aço, 6,2%; ouro em formas semimanufaturadas, 6,1%; óxidos e hidróxidos de alumínio, 5,9%; e pneumáticos, 4,7%. Os principais países de destino foram EUA, 13,6% do total; Argentina, 10%; Países Baixos, 7,2%; Suíça, 3,7%; e Reino Unido, 3,3%.

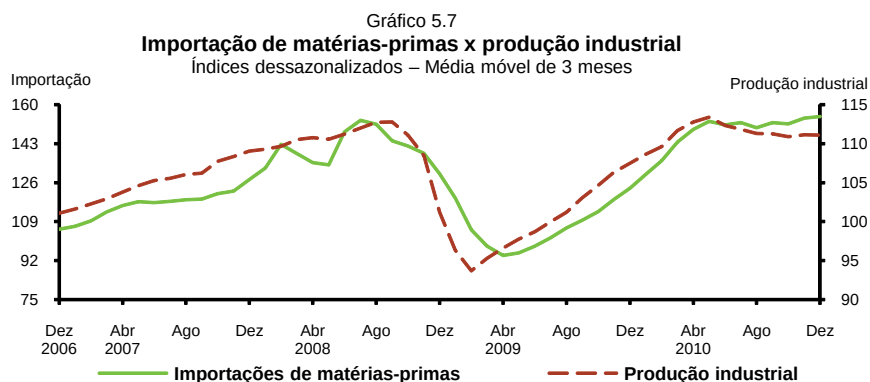
As exportações de produtos de alta tecnologia registraram média diária de US\$37 milhões, elevando-se 2,5% no ano e concentrando-se em aviões, 42,8% do total; aparelhos transmissores ou receptores, 15,9%; e medicamentos, 10,4%. A Argentina se tornou o principal destino desses produtos, 15,7% do total; seguindo-se os EUA, 13,4%; Alemanha, 5,4%; China, 5,2%; Espanha, 4,5%; e Reino Unido, 3,6%.

Quadro 5.12 – Importação – FOB

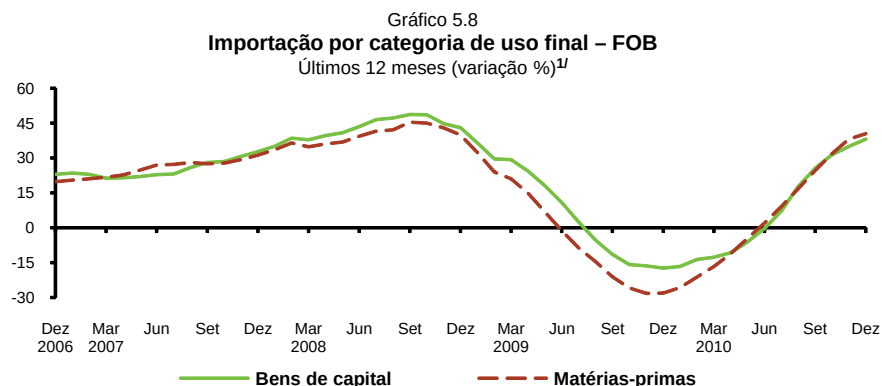
US\$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010
Total	91 351	120 617	172 985	127 722	181 649
Bens de capital	18 924	25 125	35 933	29 698	40 995
Matérias-primas e produtos intermediários	45 274	59 381	83 056	59 754	83 884
Bens de consumo	11 955	16 027	22 527	21 524	31 426
Duráveis	6 076	8 251	12 710	11 614	18 579
Não duráveis	5 879	7 776	9 817	9 910	12 847
Combustíveis e lubrificantes	15 197	20 085	31 469	16 746	25 344

Fonte: MDIC/Secex



Fonte: IBGE e Funcex



Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Sobre igual período do ano anterior.

A média diária das importações registrou, em 2010, crescimento anual generalizado em todas as categorias de uso, com ênfase no aumento de 59,3% nas aquisições de bens de consumo duráveis, seguindo-se os relativos a combustíveis e lubrificantes, 50,7%; matérias-primas e produtos intermediários, 39,8%; bens de capital, 37,5%; e bens de consumo não duráveis, 29,1%.

As importações de matérias-primas e produtos intermediários registraram média diária de US\$334 milhões em 2010, correspondendo a 46,2% das aquisições brasileiras no período. As importações de produtos químicos e farmacêuticos, produtos minerais, acessórios de equipamento de transporte, e produtos intermediários – partes e peças responderam por 76,1% das compras dessa categoria. A evolução do valor importado dos principais produtos dessa pauta resultou, em especial, de aumentos no *quantum*, ressaltando-se, em relação aos preços, que apenas os relativos a acessórios de equipamento de transporte e a outras matérias-primas para agricultura recuaram no período.

As aquisições médias diárias de matérias-primas e produtos intermediários provenientes da Ásia somaram US\$96 milhões em 2010, elevando-se 48,7% no ano e concentrando-se em circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, 13,2% do total; produtos laminados planos de ferro ou aço, 8%; partes e acessórios para computadores, 6,3%; e autopeças, 5,9%. Essas compras originaram-se, em especial, da China, 42,2% do total; Japão, 13,7%; Coreia do Sul, 11,4%; Índia, 6,8%; e Taiwan, 6,7%.

A média diária das importações de matérias-primas e produtos intermediários oriundas da UE totalizou US\$77 milhões em 2010, aumentando 29,4% no ano e passando a representar 49,4% das aquisições provenientes do bloco e 23% das relativas à categoria. Destacam-se as compras de autopeças, 11,9% do total; compostos heterocíclicos, 6,4%; rolamentos e engrenagens, 4,6%; medicamentos, 3,5%; inseticidas, formicidas e herbicidas, 3,4%. Os principais países fornecedores foram Alemanha, 31,8% do total; França, 14,6%; Itália, 10,3%; Espanha, 8,4%; e Reino Unido, 7,8%.

As importações de matérias-primas e produtos intermediários provenientes da América Latina e do Caribe registraram média diária de US\$63 milhões, aumentando 34,6% no ano e correspondendo a 18,7% das importações da categoria e a 51% do total adquirido do bloco. Essa pauta concentrou-se em catodos de cobre, 12% do total; naftas, 9%; trigo em grãos, 8,4%; autopeças, 6,3%; e minérios de cobre e seus concentrados, 5,9%. Os principais países fornecedores foram Argentina, 40,2% do total; Chile, 21,9%; México, 10,3%; e Uruguai, 6,6%, registrando-se, no ano, retração da participação da Argentina e expansão das relativas ao Chile e ao México.

As importações da categoria originárias dos EUA totalizaram média diária de US\$55 milhões, aumentando 27,9% no ano e respondendo por 16,3% das compras da categoria e por 50,3% do total importado dos EUA. Destacaram-se, no período, as participações das aquisições de motores e turbinas para aviação e suas partes, 10,8%

Quadro 5.13 – Importações – FOB – Principais produtos

Variação % de 2010 sobre 2009 – Média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação ^{3/}
Bens de capital	37.5			100.0
Maquinaria industrial	36.9	-16.2	63.3	32.9
Máq. e aparelhos de escritório, serviço científico	28.2	6.4	20.4	18.0
Partes e peças para bens de capital para indústria	34.1	-21.7	71.3	12.9
Equipamento móvel de transporte	51.3	3.7	45.9	11.9
Acessórios de maquinaria industrial	52.7	-2.7	56.8	7.6
Demais bens de capital	36.9	-38.1	121.2	16.7
Matérias-primas e produtos intermediários	39.8			100.0
Produtos químicos e farmacêuticos	32.4	4.0	27.3	27.4
Produtos minerais	82.2	13.7	60.3	21.3
Acessórios de equipamento de transporte	37.0	-13.8	59.0	13.8
Produtos intermediários – Partes e peças	34.3	0.9	33.1	13.6
Outras matérias-primas para agricultura	24.4	-12.4	42.0	8.0
Demais matérias-primas e produtos intermediários	27.2	4.4	21.9	15.9
Bens de consumo não duráveis	29.1			100.0
Produtos farmacêuticos	19.2	5.0	13.5	34.3
Produtos alimentícios	40.8	10.6	27.3	30.3
Vestuário e outras confecções têxteis	36.1	2.8	32.4	10.0
Produtos de tocador	46.3	11.4	31.3	6.1
Bebidas e tabacos	23.5	-4.4	29.2	4.0
Demais bens de consumo não duráveis	23.3	5.2	17.3	15.2
Bens de consumo duráveis	59.3			100.0
Automóveis de passageiros	54.3	5.5	46.3	49.1
Máquinas e aparelhos de uso doméstico	109.9	20.1	74.9	21.5
Objetos de adorno ou de uso pessoal	31.6	-0.8	32.7	16.2
Partes e peças para bens de consumo duráveis	38.1	-7.6	49.6	5.1
Móveis e outros equipamentos para casa	87.3	-8.7	105.2	4.9
Demais bens de consumo duráveis	53.6	-4.6	61.0	3.1
Combustíveis e lubrificantes	50.7			100.0
Combustíveis	50.0	20.7	24.2	96.9
Lubrificantes e eletricidade	79.8	-1.5	82.6	3.1

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.^{2/} Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.^{3/} Participação percentual em cada categoria de uso final.

do total; polímeros de etileno, 3,6%; partes e peças para aviões e helicópteros, 3,4%; e rolamentos e engrenagens, 3,1%.

A média diária das importações de matérias-primas e produtos intermediários originárias dos demais países cresceu 70,9% no ano, maior expansão entre os blocos e regiões, totalizando US\$44 milhões e representando 13,2% das importações da categoria e 39%

Quadro 5.14 – Importações por categoria de uso e região – FOB

Média diária – US\$ milhões

Produto	2009		2010		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2009	Participação %	
				No total	No bloco
Total	511	724	41.7	100.0	-
Bens de capital	119	163	37.5	22.6	-
Bens de consumo duráveis	46	74	59.3	10.2	-
Bens de consumo não duráveis	40	51	29.1	7.1	-
Combustíveis e lubrificantes	67	101	50.7	14.0	-
Matérias-primas e produtos intermediários	239	334	39.8	46.2	-
América Latina e Caribe	91	123	35.0	17.0	100.0
Bens de capital	9	12	34.9	1.6	9.6
Bens de consumo duráveis	16	22	42.6	3.1	18.1
Bens de consumo não duráveis	9	12	34.1	1.7	9.9
Combustíveis e lubrificantes	11	14	26.5	1.9	11.4
Matérias-primas e produtos intermediários	47	63	34.6	8.6	51.0
Mercosul	52	66	26.2	9.1	100.0
Bens de capital	6	9	37.1	1.2	12.9
Bens de consumo duráveis	11	16	43.5	2.3	24.8
Bens de consumo não duráveis	7	9	32.5	1.2	13.1
Combustíveis e lubrificantes	2	1	-36.2	0.2	2.1
Matérias-primas e produtos intermediários	26	31	19.6	4.3	47.2
EUA ^{1/}	81	109	34.4	15.0	100.0
Bens de capital	23	28	23.0	3.8	25.6
Bens de consumo duráveis	3	4	26.0	0.5	3.5
Bens de consumo não duráveis	5	6	16.5	0.8	5.5
Combustíveis e lubrificantes	7	16	123.4	2.3	15.2
Matérias-primas e produtos intermediários	43	55	27.9	7.5	50.3
União Europeia	117	156	33.3	21.5	100.0
Bens de capital	37	48	30.1	6.6	30.8
Bens de consumo duráveis	7	10	44.1	1.4	6.5
Bens de consumo não duráveis	11	15	28.3	2.0	9.5
Combustíveis e lubrificantes	2	6	204.3	0.8	3.8
Matérias-primas e produtos intermediários	59	77	29.4	10.6	49.4
Ásia	145	224	54.7	30.9	100.0
Bens de capital	44	64	44.4	8.8	28.6
Bens de consumo duráveis	20	37	83.8	5.1	16.4
Bens de consumo não duráveis	10	13	36.5	1.8	5.9
Combustíveis e lubrificantes	6	14	129.8	1.9	6.1
Matérias-primas e produtos intermediários	65	96	48.7	13.3	43.0
Demais	78	113	45.2	15.6	100.0
Bens de capital	6	12	89.1	1.6	10.4
Bens de consumo duráveis	1	1	40.4	0.2	1.1
Bens de consumo não duráveis	4	5	18.8	0.7	4.5
Combustíveis e lubrificantes	41	51	25.1	7.0	45.0
Matérias-primas e produtos intermediários	26	44	70.9	6.1	39.0

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Inclusive Porto Rico.

do total importado desse grupo de países. Essa pauta concentrou-se nos itens nafta, 18,9% do total; cloreto de potássio, 14,8%; produtos laminados planos de ferro ou aço, 6,1%; ureia, 5,8%; fertilizantes, 5,3%; superfosfatos, 2,7%. Os principais países fornecedores foram Argélia, 17,3% do total; Canadá, 15,4%; Rússia, 14,2%; Suíça, 8,5%; e Israel, 6,5%. Ressalte-se a importância desse grupo de países para o fornecimento de insumos agrícolas, em especial de fertilizantes.

As aquisições médias diárias de bens de capital totalizaram US\$163 milhões em 2010, representando 22,6% das compras externas brasileiras no ano, com ênfase no impacto do aumento nas quantidades importadas, em oposição ao recuo assinalado nos preços da maior parcela dos itens da categoria. As importações de maquinaria industrial representaram 32,9% do total; seguindo-se as relacionadas a máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico, 18%; partes e peças para bens de capital para indústria, 12,9%; e equipamento móvel de transporte, 11,9%.

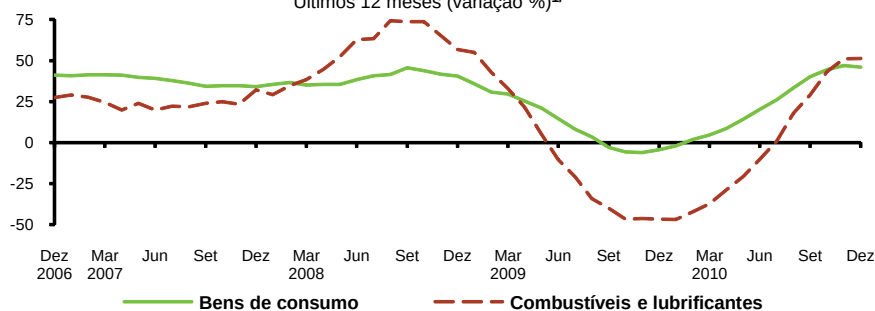
As importações de bens de capital provenientes da Ásia aumentaram 44,4%, para US\$64 milhões diários, com participações respectivas de 39,2% e 28,6% nas compras da categoria e do bloco. As aquisições se concentraram em máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, 10% do total; motores, geradores e transformadores elétricos, 8,1%; circuitos impressos, 7,4%; dispositivos de cristais líquidos (LCD), 5,9%; e bombas, compressores e ventiladores, 4%. Os principais países de origem foram China, 55,5% do total; Japão, 15,6%; Coreia do Sul, 12,3%; e Taiwan, 5,1%.

As importações de bens de capital procedentes da UE atingiram média diária de US\$48 milhões, expansão anual de 30,1%, respondendo por 30,8% do total importado do bloco e por 29,4% das compras da categoria. Os produtos com participação mais significativa foram instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 7,4% do total; bombas, compressores e ventiladores, 6,8%; motores, geradores e transformadores elétricos, 6,6%; máquinas e aparelhos de terraplanagem e perfuração, 3,8%; e aparelhos para interrupção e proteção de energia, 3,8%. As compras originaram-se, em especial, da Alemanha, 35,2% do total; Itália, 17,2%; França, 9%; Áustria, 5,9%; Espanha, 5,5%; e Reino Unido, 4,9%. Ressalte-se o crescimento anual de 95,9% das importações originárias da Áustria, sobretudo em razão da expansão nas aquisições de máquinas de vazar, para metalurgia, aciaria ou fundição, e de motores, geradores e transformadores.

A média diária das importações de bens de capital provenientes dos EUA aumentou 23%, para US\$28 milhões, correspondendo a 17% das compras da categoria e a 25,6% do total importado do país. Destacaram-se as compras de instrumentos e aparelhos de medida de verificação, 9,3% do total; bombas, compressores e ventiladores, 7,6%; aviões, 7%; máquinas e aparelhos de terraplanagem e perfuração, 7%; instrumentos e aparelhos médicos, 6,7%; e máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, 5%.

As importações de bens de capital originárias da América Latina e do Caribe somaram US\$12 milhões diários em 2010, elevando-se 34,9% no ano e equivalendo a 7,2% das compras da categoria e a 9,6% do total importado do bloco. As aquisições de veículos de carga responderam por 53,1% do total, desempenho consistente com os acordos de preferência comercial no setor automotivo firmados pelo Brasil com países da região, em especial com Argentina e México. Outros produtos relevantes nessa pauta foram bombas, compressores e ventiladores, 3,4%; ônibus e outros veículos, 3,4%; instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 3,3%; e aparelhos transmissores e receptores de telefonia celular, 2,4%. Os principais países de origem foram Argentina, 71,4% do total, e México, 23,5%. Ressalte-se, no período, o aumento de 98,7% nas importações de bens de capital procedentes do Uruguai.

Gráfico 5.9
Importação por categoria de uso final – FOB
 Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



Fonte: MDIC/Secex
^{1/} Sobre igual período do ano anterior.

As compras de bens de capital procedentes dos demais países atingiram média diária de US\$12 milhões, 89,1% superior à de 2009, registrando participações respectivas de 7,2% e 10,4% nas compras da categoria e naquelas provenientes deste bloco. Destacaram-se as aquisições de veículos e materiais para vias férreas, 19,8% do total; motores, geradores e transformadores, 7%; bombas, compressores e ventiladores, 5,6%; instrumentos e aparelhos de medida e de verificação, 5,1%; máquinas e aparelhos de impressão, tipográfica ou *offset*, 3,9%. Os principais países de origem foram Suíça, 35,2% do total; Canadá, 16,4%; Israel, 6,7%; Noruega, 5,9%; Turquia, 3,3%; e Rússia, 2,9%.

A média diária das importações de combustíveis e lubrificantes, evidenciando elevações respectivas de 22,3% e 21,6% nos preços e no volume importado, somou US\$101 milhões em 2010, aumentando 50,7% no ano e passando a representar 14% das importações do país. As aquisições de petróleo em bruto, mesmo registrando recuo de 13,5% no volume importado, responderam por 39,8% das compras nessa categoria de uso, seguindo-se óleos combustíveis, 20,5%; hulhas, 11,5%; gás natural, 8,4%; e querosene de aviação, 4,2%. Os principais países fornecedores foram Nigéria, 23,1% do total; EUA, 16,3%; Bolívia, 8,4%; Arábia Saudita, 7,8%; e Índia, 7,4%. A exemplo do observado em anos anteriores, a Nigéria foi o principal supridor de petróleo, respondendo por 55,5%

das compras brasileiras do produto, e a Bolívia foi integralmente responsável pelo fornecimento de gás natural.

As importações de bens de consumo duráveis registraram crescimento anual de 59,3% em 2010, o maior entre as categorias de uso, atingindo média diária de US\$74 milhões e correspondendo a 10,2% das aquisições externas do país. Vale ressaltar que a trajetória dessas importações refletiu, em especial, o aumento de 52,9% no *quantum* importado, o mais acentuado em todas as categorias de uso. As principais regiões de origem das importações foram a Ásia, 49,4% do total; América Latina e Caribe, 30%; e UE, 13,7%; e os principais países fornecedores, China, 23,9%; Argentina, 21%; Coreia do Sul, 15,1%; México, 7,6%; e Alemanha, 6,3%. As compras de bens de consumo duráveis se concentraram em automóveis de passageiros, 46% do total; partes de aparelhos transmissores e receptores, 16,5%; e artigos e aparelhos de prótese, ortopedia e suas partes, 3,1%.

Quadro 5.15 – Importação por intensidade tecnológica – FOB

US\$ milhões – Média diária

Discriminação	2009	2010		
		Valor	Var.%	Part.%
Total	511	724	41,7	100,0
Produtos industriais	440	634	44,1	87,6
Alta tecnologia	110	143	29,8	19,7
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	36	52	43,9	7,2
Farmacêutica	24	33	33,6	4,5
Outros	49	58	17,5	8,0
Média-alta tecnologia	215	300	39,6	41,4
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	80	102	27,1	14,1
Máquinas e equipamentos mecânicos n.e.	61	87	41,2	12,0
Veículos automotores, reboques e semirreboques	49	74	50,2	10,2
Outros	24	38	55,6	5,2
Indústria de média-baixa tecnologia	74	136	83,0	18,8
Produtos metálicos	33	55	67,7	7,6
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	23	54	133,1	7,5
Outros	18	27	46,2	3,7
Indústria de baixa tecnologia	41	55	35,3	7,6
Alimentos, bebidas e tabaco	16	20	26,4	2,8
Têxteis, couro e calçados	14	20	42,0	2,7
Outros	11	15	39,7	2,1

Fonte: MDIC/Secex

Nota: 2009, 250 dias úteis; 2010, 251 dias úteis.

A média diária das importações de bens de consumo não duráveis totalizou US\$51 milhões em 2010, aumentando 29,1% no ano – resultado de elevações de 18 % no *quantum* e de 10,4% nos preços – e equivalendo a 7,1% das aquisições externas brasileiras. Os principais itens adquiridos nessa categoria de uso foram medicamentos,

inclusive veterinários, 34,1% do total; produtos de perfumaria e toucador, 4,1%; produtos hortícolas em conserva, 3,1%; brinquedos e jogos, 2,8%; e calçados e partes, 2,4%. As principais regiões de origem foram a UE, 28,8% do total da categoria; Ásia, 25,8%; e América Latina e Caribe, 23,8%; e os principais países fornecedores foram a China, 14,4% do total; Argentina, 13,8%; EUA, 10,5%; Alemanha, 7,3%; e Suíça, 4,2%.

A análise das importações por intensidade tecnológica evidencia expansão anual de 44,1% nas compras de produtos industriais, que atingiram média diária de US\$634 milhões e responderam por 87,6% das importações totais, distribuídas em compras de produtos de média-alta tecnologia, 41,4% do total; de alta tecnologia, 19,7%; média-baixa tecnologia, 18,8%; e de baixa tecnologia, 7,6%.

A média diária das importações de produtos de média-alta tecnologia cresceu 39,6% no ano, totalizando US\$300 milhões, com os itens produtos químicos não farmacêuticos, máquinas e equipamentos mecânicos e automóveis respondendo, em conjunto, por 87,4% destas aquisições. As compras de produtos de média-alta tecnologia originaram-se, em grande parte, de Ásia e UE, EUA e América Latina e Caribe, com participações individuais respectivas de 28,6% e 16,3% no total.

As compras médias diárias de produtos de alta tecnologia somaram US\$143 milhões em 2010, elevando-se 29,8% no ano. Vale ressaltar que essas importações se concentraram nos itens equipamentos de rádio, televisão e comunicação, 36,7%, e produtos farmacêuticos, 22,9%, e originaram-se, em especial, da Ásia, 47,2% do total; da UE, 23,1%; e dos EUA, 19,2%.

As aquisições de produtos de média-baixa tecnologia atingiram média diária de US\$136 milhões e registraram aumento anual de 83% em 2010, com ênfase no impacto da recuperação dos preços internacionais de petróleo e derivados. Essas importações, concentradas em produtos metálicos, 40,4% do total, e produtos de petróleo refinado e outros combustíveis, 40,1%, foram provenientes, em grande parte, da Ásia, 30,4% do total; da América Latina e do Caribe, 20,3%; e da UE, 18,3%.

As importações médias diárias de produtos de baixa tecnologia totalizaram US\$55 milhões, aumentando 35,3% no ano, com ênfase na representatividade das aquisições de alimentos, bebidas e tabaco, 36,4%, e de produtos têxteis, couros e calçados, 35,9%. As compras desse segmento provieram, em especial, da Ásia, 43,7% do total; da América Latina e do Caribe, 25,2%; e da UE, 18%.

Intercâmbio comercial

A corrente de comércio, evidenciando maior dinamismo nas transações bilaterais com os principais parceiros, retomou a trajetória de crescimento em 2010, totalizando fluxo médio diário recorde de US\$1,5 bilhão, ante US\$1,4 bilhão de 2008.

O intercâmbio diário com os países asiáticos registrou média diária de US\$448 milhões. O aumento anual de 46,6% refletiu crescimentos de 39,3% nas exportações e de 54,7% nas importações, que totalizaram US\$224,2 milhões e US\$223,7 milhões,

Quadro 5.16 – Balança comercial por países e blocos – FOB

Média diária – US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Total	612	511	101	804	724	81
Aelc ^{1/}	7	10	-3	10	14	-4
América Latina e Caribe	143	91	52	191	123	68
Mercosul	63	52	11	90	66	24
Argentina	51	45	6	74	57	16
Paraguai	7	2	4	10	2	8
Uruguai	5	5	0	6	6	-0
Chile	11	11	-0	17	16	1
México	11	11	-0	15	15	-1
Demais	58	17	41	69	25	45
Canadá	7	6	0	9	11	-2
União Europeia	136	117	19	172	156	16
Alemanha	25	39	-15	32	50	-18
Bélgica/Luxemburgo	13	5	8	14	7	7
Espanha	11	8	3	15	11	4
França	12	14	-3	14	19	-5
Itália	12	15	-3	17	19	-2
Países Baixos	33	4	29	41	7	34
Reino Unido	15	10	5	18	13	6
Demais	17	22	-5	19	30	-10
Europa Oriental	14	8	5	19	12	7
Ásia ^{2/}	161	145	16	224	224	1
Japão	17	21	-4	28	28	1
China	84	64	20	123	102	21
República da Coreia	10	19	-9	15	34	-19
Demais	49	40	9	58	60	-2
EUA ^{3/}	63	81	-18	78	109	-31
Outros	82	53	29	101	76	26
Memo:						
Nafta	81	98	-18	102	135	-33
Opep	53	41	12	63	53	10

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

^{2/} Exclui o Oriente Médio.

^{3/} Inclui Porto Rico.

respectivamente. O comércio bilateral com a China representou 50,2% do fluxo com a região, seguindo-se as participações do Japão, 12,6%, e da Coreia do Sul, 10,8%.

O fluxo de comércio com a UE atingiu média diária de US\$328 milhões, elevando-se 29,5% no ano. As exportações somaram US\$172 milhões e as importações, US\$156 milhões, registrando aumentos anuais respectivos de 26,2% e 33,3%. Os três principais parceiros na região foram Alemanha, 25,2% do fluxo diário com o bloco; Países Baixos, 14,6%; e Itália, 11%.

O intercâmbio comercial médio diário com os países da América Latina e do Caribe atingiu US\$314 milhões. O aumento de 34,4% em relação a 2009 decorreu de expansões respectivas de 34,1% e 35% nas exportações e nas importações, que atingiram, na ordem, médias diárias de US\$191 milhões e de US\$123 milhões. Os principais parceiros na região foram Argentina, 41,8% do total; Chile, 10,6% e México, 9,6%.

A média diária do fluxo de comércio com os EUA somou US\$186 milhões, registrando crescimento anual de 29,5%. A média diária das exportações totalizou US\$78 milhões e a das importações, US\$109 milhões, representando aumentos anuais de 23,2% e 34,4%, respectivamente.

Serviços

A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US\$30,8 bilhões em 2010, aumento anual de 60,1% explicado, principalmente, pelos déficits das contas viagens internacionais, transportes, aluguel de equipamentos, computação e informação e *royalties* e licenças.

As despesas líquidas com aluguel de equipamentos totalizaram US\$13,8 bilhões em 2010, ante US\$9,4 bilhões no ano anterior, ampliação determinada pelo aumento da utilização, no país, de bens de capital de propriedade de não residentes, com desdobramentos favoráveis sobre o nível da capacidade produtiva da economia.

O déficit da conta de viagens internacionais, que registrou valores recordes para receitas e despesas, atingiu US\$10,5 bilhões em 2010, resultado 87,8% superior ao registrado no ano anterior e mais acentuado no segundo semestre do ano, em resposta ao ambiente de aceleração da atividade econômica interna e da apreciação da taxa de câmbio. Os gastos de estrangeiros no país e de brasileiros no exterior atingiram, na ordem, US\$5,9 bilhões e US\$16,4 bilhões, registrando aumentos respectivos de 11,6% e 50,7% no ano. Os gastos líquidos com uso de cartões de crédito somaram US\$5,9 bilhões, elevando-se 71,5% na mesma base de comparação.

As despesas líquidas com transportes totalizaram US\$6,4 bilhões em 2010, crescimento anual de 63,2%, evolução compatível com os aumentos nas importações e nas viagens

Quadro 5.17 – Serviços

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-8 115	-11 130	-19 245	-13 512	-17 295	-30 807
Receitas	12 731	14 997	27 728	14 864	16 957	31 821
Despesas	20 846	26 128	46 974	28 376	34 252	62 628
Transportes	-1 708	-2 218	-3 926	-2 980	-3 425	-6 406
Receitas	2 001	2 039	4 040	2 306	2 626	4 931
Despesas	3 709	4 258	7 966	5 286	6 051	11 337
Viagens	-1 887	-3 706	-5 594	-4 118	-6 385	-10 503
Receitas	2 567	2 738	5 305	2 933	2 986	5 919
Despesas	4 454	6 444	10 898	7 051	9 371	16 422
Seguros	- 648	- 794	-1 442	- 565	- 547	-1 113
Receitas	190	183	373	213	203	416
Despesas	838	977	1 815	778	751	1 529
Financeiros	- 112	70	- 42	135	259	394
Receitas	590	980	1 570	976	1 096	2 073
Despesas	702	910	1 612	841	837	1 679
Computação e informações	-1 259	-1 327	-2 586	-1 628	-1 667	-3 296
Receitas	92	117	209	126	84	210
Despesas	1 351	1 444	2 795	1 754	1 752	3 505
Royalties e licenças	- 866	-1 212	-2 078	-1 196	-1 257	-2 453
Receitas	193	241	434	192	205	397
Despesas	1 059	1 453	2 512	1 388	1 462	2 850
Aluguel de equipamentos	-4 371	-5 022	-9 393	-6 188	-7 563	-13 752
Receitas	25	25	50	27	27	54
Despesas	4 396	5 047	9 442	6 216	7 590	13 806
Serviços governamentais	- 591	- 825	-1 416	- 789	- 567	-1 356
Receitas	614	869	1 483	618	909	1 527
Despesas	1 205	1 695	2 899	1 407	1 476	2 883
Comunicações	89	97	186	96	68	164
Receitas	170	183	353	214	221	435
Despesas	80	86	166	118	153	271
Construção	4	6	11	12	10	22
Receitas	6	9	14	15	13	29
Despesas	1	3	4	3	4	6
Relativos a comércio	414	201	615	138	138	276
Receitas	772	671	1 443	464	663	1 128
Despesas	358	470	828	326	525	851
Pessoais, culturais e recreação	- 357	- 520	- 878	- 589	- 575	-1 163
Receitas	37	44	80	44	64	108
Despesas	394	564	958	633	639	1 271
Empresariais, profissionais e técnicos	3 178	4 119	7 297	4 160	4 218	8 378
Receitas	5 476	6 899	12 374	6 735	7 859	14 594
Despesas	2 298	2 779	5 077	2 575	3 641	6 216

Quadro 5.18 – Viagens internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 887	-3 706	-5 594	-4 118	-6 385	-10 503
Receita	2 567	2 738	5 305	2 933	2 986	5 919
Despesa	-4 454	-6 444	-10 898	-7 051	-9 371	-16 422
Cartões de crédito	-1 491	-1 922	-3 412	-2 280	-3 570	-5 850
Receita	1 265	1 910	3 175	2 162	2 154	4 316
Despesa	-2 755	-3 832	-6 587	-4 442	-5 724	-10 166
Serviços turísticos	-227	-360	-587	-384	-589	-972
Receita	181	152	333	194	202	396
Despesa	-408	-512	-920	-578	-791	-1 369
Outros	-169	-1 425	-1 594	-1 454	-2 227	-3 680
Receita	1 121	676	1 797	577	630	1 207
Despesa	-1 290	-2 101	-3 391	-2 031	-2 857	-4 887

de brasileiros ao exterior, que impactam os gastos com fretes e passagens. As despesas líquidas com fretes cresceram 50,7% no ano, enquanto os gastos líquidos com passagens, totalizando US\$2,7 bilhões, aumentaram 59,3%. Outros itens de transporte somaram despesas líquidas de US\$1,1 bilhão, elevando-se 117,3% em relação a 2009.

As receitas líquidas com serviços financeiros, que incluem serviços bancários, comissões, garantias e corretagens, totalizaram US\$394 milhões em 2010, ante despesas líquidas de US\$42 milhões no ano anterior. Essa reversão decorreu de expansões de 32% nas receitas, que atingiram US\$2,1 bilhões, e de 4,2% nas despesas, que, refletindo as comissões pagas sobre empréstimos, rubrica mais significativa dessa conta, somaram US\$1,7 bilhão.

Os serviços de seguros registraram gastos líquidos de US\$1,1 bilhão, ante US\$1,4 bilhão, em 2009. As despesas recuaram 15,8% no ano, atingindo US\$1,5 bilhão, e as receitas ampliaram-se em 11,6%, para US\$416 milhões, reflexo da elevação de créditos em seguros diretos e receitas de seguros de fretes.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação totalizaram US\$3,3 bilhões no ano, ante US\$2,6 bilhões em 2009. As despesas, apresentando elevação anual de 25,4%, atingiram US\$3,5 bilhões, com destaque para o aumento nos gastos relacionados a serviços de computação. As receitas, estáveis, mantiveram-se no patamar de US\$210 milhões.

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, que incluem serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes e franquias, atingiram US\$2,5 bilhões em 2010. O acréscimo anual de 18% refletiu o aumento de 13,5% nas despesas.

Quadro 5.19 – Transportes

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 708	-2 218	-3 926	-2 980	-3 425	-6 406
Receitas	2 001	2 039	4 040	2 306	2 626	4 931
Despesas	3 709	4 258	7 966	5 286	6 051	11 337
Transporte marítimo	-994	-1 103	-2 097	-1 761	-1 790	-3 551
Receitas	1 620	1 663	3 283	1 851	2 210	4 061
Despesas	2 614	2 766	5 380	3 612	4 000	7 612
Passagens	-1	-0	-1	-1	-1	-1
Receitas	0	0	1	0	0	0
Despesas	1	1	1	1	1	1
Fretes	-726	-1 020	-1 746	-1 165	-1 428	-2 593
Receitas	538	623	1 161	686	831	1 517
Despesas	1 264	1 643	2 906	1 850	2 259	4 109
Outros	-268	-83	-351	-596	-362	-957
Receitas	1 082	1 040	2 122	1 165	1 379	2 544
Despesas	1 350	1 123	2 473	1 761	1 741	3 501
Transporte aéreo	-703	-1 099	-1 802	-1 203	-1 598	-2 801
Receitas	320	291	612	332	314	646
Despesas	1 023	1 391	2 414	1 535	1 912	3 447
Passagens	-648	-1 021	-1 668	-1 159	-1 498	-2 657
Receitas	188	141	329	149	111	260
Despesas	835	1 162	1 997	1 307	1 610	2 917
Fretes	37	24	60	33	27	60
Receitas	108	114	222	136	154	291
Despesas	71	90	161	103	128	231
Outros	-92	-102	-194	-77	-126	-203
Receitas	25	36	61	47	48	95
Despesas	117	138	256	124	174	299
Outras vias de transporte ^{1/}	-10	-16	-26	-16	-36	-53
Receitas	61	85	145	123	102	225
Despesas	71	101	172	139	138	277
Passagens	1	0	1	1	0	1
Receitas	1	0	1	1	0	1
Despesas	0	0	0	0	0	0
Fretes	-22	-33	-55	-39	-50	-89
Receitas	47	65	112	97	79	176
Despesas	69	98	167	136	129	265
Outros	11	17	27	22	13	35
Receitas	13	20	33	25	23	48
Despesas	2	3	5	3	9	12

1/ Inclui transporte terrestre.

Quadro 5.20 – Serviços empresariais, profissionais e técnicos

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	3 178	4 119	7 297	4 160	4 218	8 378
Receita	5 476	6 899	12 374	6 735	7 859	14 594
Encomendas postais	0	1	1	4	1	5
Honorário de profissional liberal	1 137	1 150	2 286	1 436	1 424	2 860
Serviços administrativos e aluguel imóveis	1 679	2 073	3 752	2 375	2 855	5 230
Participação em feiras e exposições	24	19	43	22	25	47
Passe de atleta profissional	57	120	177	108	124	232
Publicidade	167	138	305	176	158	334
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	2 372	3 285	5 658	2 547	3 192	5 738
Serviços de projeto técnico-econômico	39	113	152	68	81	149
Despesa	2 298	2 779	5 077	2 575	3 641	6 216
Encomendas postais	10	12	22	27	40	67
Honorário de profissional liberal	301	342	644	260	406	666
Serviços administrativos e aluguel de imóveis	427	457	884	398	668	1 066
Participação em feiras e exposições	31	34	66	55	45	100
Passe de atleta profissional	8	12	20	6	27	33
Publicidade	91	128	219	182	239	420
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	1 427	1 793	3 220	1 647	2 213	3 860
Serviços de projeto técnico-econômico	2	1	3	0	3	3

As despesas líquidas com serviços governamentais totalizaram US\$1,4 bilhão em 2010. A redução anual de 4,2% refletiu, em parte, o decréscimo de 0,6% nos gastos do governo brasileiro no exterior, que somaram US\$2,9 bilhões.

Os serviços empresariais, profissionais e técnicos registraram receitas líquidas de US\$8,4 bilhões em 2010, expansão de 14,8% em relação ao ano anterior. Os serviços pessoais, culturais e de recreação somaram despesas líquidas de US\$1,2 bilhão, elevando-se 32,5% no ano, e a conta de comunicações registrou receitas líquidas de US\$164 milhões, recuo anual de 12,1% associado, em grande parte, à elevação, de US\$166 milhões para US\$271 milhões nas despesas, principalmente nas associadas ao segmento de serviços de telecomunicações.

Rendas

A conta de rendas apresentou déficit de US\$39,6 bilhões em 2010, resultado 17,5% superior ao registrado no ano anterior. Conforme registrado nos quatro anos anteriores, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, evolução consistente com a crescente participação dos investimentos externos, diretos e

em carteira, na composição do passivo externo brasileiro. Em 2010, todavia, prevaleceu como principal motivação da remessa de lucros, a retomada da atividade econômica no país e o subsequente aumento na distribuição de lucros aos investidores estrangeiros.

Quadro 5.21 – Rendas

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-14 635	-19 050	-33 684	-19 731	-19 835	-39 567
Receitas	4 689	4 137	8 826	3 124	4 229	7 353
Despesas	19 324	23 186	42 510	22 855	24 064	46 919
Salários e ordenados	333	270	603	266	232	498
Receitas	369	296	665	295	270	565
Despesas	36	26	62	29	38	66
Renda de investimentos	-14 968	-19 319	-34 287	-19 997	-20 068	-40 065
Receitas	4 320	3 840	8 160	2 829	3 959	6 788
Despesas	19 288	23 160	42 448	22 826	24 027	46 853
Renda de investimento direto	-7 958	-11 784	-19 742	-12 011	-13 493	-25 504
Receitas	585	701	1 287	385	695	1 080
Despesas	8 544	12 485	21 029	12 397	14 188	26 584
Lucros e dividendos	-7 213	-10 552	-17 765	-11 206	-12 385	-23 591
Receitas	535	652	1 186	296	592	888
Despesas	7 748	11 203	18 951	11 502	12 977	24 479
Juros de empréstimos intercompanhias	-745	-1 232	-1 977	-805	-1 108	-1 913
Receitas	51	49	100	90	103	193
Despesas	796	1 281	2 077	895	1 211	2 106
Renda de investimento em carteira	-4 140	-5 073	-9 213	-5 723	-4 321	-10 044
Receitas	3 192	2 636	5 827	2 045	2 830	4 875
Despesas	7 332	7 709	15 041	7 767	7 152	14 919
Lucros e dividendos	-3 646	-3 807	-7 453	-3 761	-3 023	-6 784
Receitas	20	24	44	0	0	1
Despesas	3 666	3 831	7 497	3 762	3 023	6 785
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-494	-1 267	-1 760	-1 961	-1 299	-3 260
Receitas	3 172	2 611	5 783	2 044	2 830	4 874
Despesas	3 665	3 878	7 543	4 006	4 129	8 135
Renda de outros investimentos ^{1/}	-2 870	-2 462	-5 332	-2 264	-2 253	-4 517
Receitas	543	504	1 046	399	434	833
Despesas	3 413	2 966	6 378	2 662	2 687	5 350
Memo:						
Juros	-4 109	-4 961	-9 069	-5 030	-4 660	-9 690
Receitas	3 765	3 164	6 930	2 533	3 367	5 899
Despesas	7 874	8 125	15 999	7 563	8 027	15 590
Lucros e dividendos	-10 859	-14 358	-25 218	-14 967	-15 408	-30 375
Receitas	555	676	1 231	296	593	889
Despesas	11 414	15 035	26 449	15 263	16 000	31 263

1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

A conta de salários e ordenados proporcionou ingressos líquidos de US\$498 milhões em 2010, resultado 17,3% inferior ao assinalado no ano anterior. A renda paga a trabalhadores domiciliados no país atingiu US\$565 milhões, redução anual de 15,1%, e os pagamentos a não residentes, US\$66 milhões, aumento de 6,5%.

As remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$30,4 bilhões, superiores em US\$5,2 bilhões ao resultado de 2009. A elevação de 20,4% do saldo dessa conta está relacionada ao crescimento do estoque de investimentos externos no Brasil e à maior lucratividade das empresas.

As despesas líquidas de juros totalizaram US\$9,7 bilhões, reflexo de recuos respectivos de 14,9% e de 2,6% nas receitas e nas despesas, que atingiram, na ordem, US\$5,9 bilhões e US\$15,6 bilhões. Ressalte-se que o recuo observado nas receitas encontra-se em linha com o comportamento das taxas de juros internacionais incidentes sobre aplicações dos ativos que constituem as reservas internacionais, principal componente da rubrica.

As remessas líquidas de renda de investimento direto somaram US\$25,5 bilhões, expandindo-se 29,2% no ano. As despesas líquidas de lucros e dividendos, principal componente da conta de rendas, atingiram US\$23,6 bilhões, crescimento de 32,8% correlacionado à elevação do estoque de investimentos estrangeiros diretos no país. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias recuaram 3,2%, para US\$1,9 bilhão.

Quadro 5.22 – Transferências unilaterais correntes

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 664	1 673	3 338	1 512	1 276	2 788
Receitas	2 303	2 432	4 736	2 344	2 316	4 661
Despesas	639	759	1 398	833	1 040	1 873
Transferências correntes governamentais	-73	-136	-209	-123	-62	-185
Receitas	41	20	61	19	112	132
Despesas	114	156	270	142	175	317
Transferências correntes privadas	1 737	1 810	3 547	1 635	1 338	2 973
Receitas	2 262	2 412	4 675	2 325	2 204	4 529
Despesas	525	602	1 128	691	866	1 557
Manutenção de residentes	867	688	1 555	645	575	1 220
Receitas	1 136	1 088	2 224	1 037	1 039	2 076
Estados Unidos	536	359	894	320	314	634
Japão	239	185	425	174	167	342
Demais países	361	544	905	543	558	1 100
Despesas	269	400	669	391	464	855
Outras transferências	870	1 122	1 992	989	763	1 752
Receitas	1 126	1 324	2 451	1 289	1 165	2 454
Despesas	257	203	459	299	402	701

As remessas líquidas relativas à renda de investimento em carteira totalizaram US\$10 bilhões, elevando-se 9% no ano. Esse resultado refletiu, principalmente, a elevação de US\$1,8 bilhão para US\$3,3 bilhões nas amortizações líquidas relativas à conta juros de títulos de renda fixa. As remessas líquidas de lucros e dividendos referentes aos recursos aplicados em carteiras de investimento totalizaram US\$6,8 bilhões, com a redução anual de 9% no ano, evidenciando a retração no volume de aplicações na modalidade, principalmente após a segunda metade do segundo semestre.

Quadro 5.23 – Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo^{1/}

US\$ milhões

Período	Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
	Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB
	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses
2005 Dez	530	13 985	1.58	1 406	15 066	1.71	-1 936	-29 051	-3.29
2006 Dez	438	13 643	1.25	2 457	18 822	1.73	-2 896	-32 465	-2.98
2007 Dez	-498	1 551	0.11	886	34 585	2.53	-388	-36 136	-2.64
2008 Dez	-3 119	-28 192	-1.71	8 115	45 058	2.73	-4 997	-16 866	-1.02
2009 Jan	-2 766	-26 929	-1.67	1 930	42 162	2.62	835	-15 233	-0.94
Fev	-613	-25 653	-1.63	1 968	43 240	2.75	-1 355	-17 587	-1.12
Mar	-1 559	-22 869	-1.48	1 444	41 601	2.70	115	-18 732	-1.22
Abr	105	-19 720	-1.31	3 409	41 138	2.74	-3 514	-21 418	-1.42
Mai	-1 770	-20 705	-1.40	2 483	42 308	2.86	-713	-21 603	-1.46
Jun	-575	-18 498	-1.27	1 431	41 014	2.81	-857	-22 516	-1.54
Jul	-1 623	-17 953	-1.23	1 287	39 035	2.68	336	-21 081	-1.45
Ago	-809	-17 679	-1.21	1 903	36 300	2.48	-1 094	-18 621	-1.27
Set	-2 452	-17 369	-1.17	1 816	31 875	2.14	635	-14 506	-0.97
Out	-3 018	-19 148	-1.27	1 563	29 525	1.95	1 455	-10 376	-0.69
Nov	-3 273	-21 471	-1.39	1 604	28 955	1.87	1 669	-7 484	-0.48
Dez	-5 950	-24 302	-1.52	5 109	25 949	1.62	841	-1 646	-0.10
2010 Jan	-3 840	-25 377	-1.52	585	24 604	1.48	3 255	773	0.05
Fev	-3 092	-27 856	-1.61	2 843	25 479	1.47	248	2 377	0.14
Mar	-5 017	-31 314	-1.73	2 083	26 118	1.44	2 934	5 196	0.29
Abr	-4 616	-36 035	-1.91	2 228	24 937	1.32	2 388	11 098	0.59
Mai	-2 008	-36 273	-1.87	3 590	26 045	1.34	-1 581	10 229	0.53
Jun	-5 273	-40 972	-2.05	766	25 379	1.27	4 507	15 593	0.78
Jul	-4 589	-43 938	-2.15	2 635	26 727	1.31	1 954	17 211	0.84
Ago	-2 975	-46 103	-2.23	2 422	27 246	1.32	553	18 858	0.91
Set	-3 950	-47 602	-2.29	5 404	30 833	1.49	-1 454	16 768	0.81
Out	-3 770	-48 354	-2.32	6 788	36 058	1.73	-3 018	12 295	0.59
Nov	-4 735	-49 815	-2.38	3 732	38 186	1.83	1 003	11 629	0.56
Dez	-3 500	-47 365	-2.27	15 361	48 438	2.32	-11 861	-1 073	-0.05

^{1/} Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias)

A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$4,5 bilhões, em 2010. O decréscimo de 15,3% refletiu reduções respectivas de 20,4% e 16,1% nas receitas e nas despesas, que totalizaram, na ordem, US\$833 milhões e US\$5,4 bilhões em 2010.

As remessas brutas de lucros e dividendos somaram US\$31,3 bilhões em 2010, ressaltando-se a elevação de 29,2% nas despesas brutas referentes a investimentos estrangeiros diretos e a redução de 9,5% nas remessas brutas do investimento em carteira. As saídas brutas relativas a Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) atingiram US\$24,5 bilhões, ante US\$19 bilhões do ano anterior.

As empresas do setor industrial e do setor de serviços foram responsáveis, na ordem, pelo envio de 60,6% e 37,2% das remessas brutas de lucros e dividendos, com ênfase nas remessas relativas aos setores fabricação e montagem de veículos automotores, 17,3%; intermediação financeira, 9,2%; bebidas, 7,8%; e produtos químicos, 7,7%. As remessas relacionadas aos quatro segmentos mencionados somaram US\$9,8 bilhões, representando 42% das despesas brutas de lucros e dividendos de IED em 2010.

Transferências unilaterais correntes

As transferências unilaterais líquidas recuaram 16,5% durante 2010. Os ingressos líquidos acumularam US\$2,8 bilhões, ante US\$3,3 bilhões do ano anterior, dos quais US\$1,2 bilhão para manutenção de residentes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram EUA, 30,5%, e Japão, 16,5%. Ressalte-se que, no biênio encerrado em 2007, os dois países foram responsáveis por 71% dos ingressos brutos de manutenção de residentes.

Conta financeira

O resultado da conta financeira do balanço de pagamentos refletiu o impacto da liquidez internacional acentuada, em ambiente de recuperação incipiente das economias desenvolvidas, e o estímulo proporcionado pela consolidação do processo de crescimento da economia brasileira. Nesse cenário, a conta financeira registrou ingressos líquidos de US\$98,5 bilhões em 2010, ante US\$70,2 bilhões no ano anterior. Os investimentos diretos e os investimentos em carteira registraram ingressos líquidos respectivos de US\$36,9 bilhões e US\$63 bilhões e os outros investimentos, amortizações líquidas de US\$1,3 bilhão, em 2010.

As condições favoráveis de financiamento das contas externas também se expressaram na taxa de rolagem (relação entre novos desembolsos e amortizações ocorridas) da dívida

Quadro 5.24 – Taxas de rolagem de médio e longo prazos do setor privado^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	77%	97%	88%	222%	269%	244%
Desembolsos	4 827	6 758	11 585	16 210	17 517	33 726
Amortizações	6 306	6 947	13 253	7 366	6 530	13 896
Remetidas	6 283	6 945	13 228	7 299	6 510	13 809
Convertidos em IED	23	2	25	67	21	88
Setor privado	63%	85%	74%	204%	234%	219%
Desembolsos	3 754	5 644	9 398	14 131	15 051	29 181
Amortizações	6 029	6 624	12 653	6 998	6 445	13 443
Remetidas	6 006	6 622	12 628	6 931	6 424	13 355
Convertidos em IED	23	2	25	67	21	88
Setor privado – Bônus, <i>notes</i> e <i>commercial papers</i>	62%	86%	74%	194%	265%	225%
Desembolsos	2 682	3 823	6 506	9 995	10 408	20 403
Amortizações	4 322	4 431	8 754	5 230	3 921	9 151
Remetidas	4 303	4 429	8 732	5 163	3 921	9 084
Convertidos em IED	19	2	21	67	0	67
Setor privado – Empréstimos diretos	63%	83%	74%	234%	185%	206%
Desembolsos	1 071	1 821	2 892	4 136	4 643	8 779
Amortizações	1 707	2 193	3 900	1 768	2 524	4 292
Remetidas	1 702	2 193	3 895	1 768	2 503	4 271
Convertidos em IED	4	0	4	0	21	21
Setor público ^{2/}	387%	345%	364%	565%	2887%	1002%
Desembolsos	1 073	1 114	2 187	2 079	2 466	4 545
Amortizações	277	323	600	368	85	453
Setor público – Bônus, <i>notes</i> e <i>commercial papers</i>	-	472%	945%	487%	-	1280%
Desembolsos	1 000	1 000	2 000	1 000	1 627	2 627
Amortizações	0	212	212	205	0	205
Setor público – Empréstimos diretos	26%	103%	48%	663%	983%	773%
Desembolsos	73	114	187	1 079	839	1 918
Amortizações	277	111	388	163	85	248
Memo:						
Bônus, <i>notes</i> e <i>commercial papers</i>	86%	104%	95%	205%	307%	248%
Desembolsos	3 682	4 823	8 506	10 995	12 034	23 029
Amortizações	4 322	4 643	8 965	5 435	3 921	9 356
Remetidas	4 303	4 641	8 944	5 368	3 921	9 289
Convertidos em IED	19	2	21	67	0	67
Empréstimos diretos	58%	84%	72%	270%	212%	237%
Desembolsos	1 144	1 935	3 079	5 215	5 482	10 697
Amortizações	1 984	2 304	4 288	1 931	2 610	4 541
Remetidas	1 980	2 304	4 284	1 931	2 589	4 520
Convertidos em IED	4	0	4	0	21	21

^{1/} O cálculo da taxa de rolagem corresponde à razão entre desembolsos e amortizações remetidas.

Não inclui financiamentos.

^{2/} Exclui bônus da República. Inclui setor público financeiro e outros do setor público.

externa de médio e longo prazos, que atingiu 244%, no ano, maior valor da série, ante 88% em 2009. As taxas de rolagem de bônus e empréstimos diretos de médio e longo prazo atingiram 248% e 237%, respectivamente.

Os fluxos mundiais de IED somaram US\$1,12 trilhão em 2010, de acordo com estimativas preliminares da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), mantendo-se no patamar do ano anterior. Impactados pelas incertezas que envolveram os mercados financeiros mundiais, em especial as relacionadas a dívidas soberanas de países europeus, os fluxos destinados aos países desenvolvidos retraíram-se 6,9% no ano. As operações de fusões e aquisições apresentaram elevação de 23,9%, enquanto os novos projetos, *greenfield investments*, recuaram tanto em valor quanto em número de operações. Em oposição, os fluxos de IED direcionados às economias em desenvolvimento cresceram 9,7% no período. Os países desenvolvidos seguem como principais receptores de IED, mas vêm reduzindo sua participação no total desses fluxos: 56,7%, em 2008; 50,8%, em 2009; e 46,9% em 2010, enquanto a parcela destinada aos países em desenvolvimento aumentou 11,2 p.p., no período, para 46,8%. Os fluxos de IED para a América Latina e o Caribe atingiram US\$141,1 bilhões, elevando-se 21,1% no ano.

Quadro 5.25 – Investimentos estrangeiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	12 665	13 283	25 949	12 096	36 342	48 438
Ingressos	23 274	30 233	53 507	26 063	52 580	78 644
Saídas	10 609	16 950	27 558	13 967	16 239	30 206
Participação no capital	7 718	12 188	19 906	12 256	27 860	40 117
Ingressos	12 609	19 071	31 679	18 151	34 432	52 583
Moeda	11 417	15 423	26 840	16 325	31 786	48 111
Autônomos	11 417	15 423	26 840	16 325	31 786	48 111
Conversões	1 190	3 645	4 835	1 816	2 631	4 447
Mercadoria	2	3	4	11	14	25
Saídas	4 891	6 882	11 773	5 895	6 572	12 467
Empréstimos intercompanhias	4 948	1 095	6 042	- 160	8 481	8 321
Ingressos	10 665	11 162	21 827	7 912	18 148	26 060
Saídas	5 718	10 067	15 785	8 072	9 667	17 739
Das quais conversões	1 006	2 683	3 689	1 320	1 099	2 419
Memo:						
Contribuição líquida das conversões para IED	185	962	1 147	496	1 532	2 028
Desembolsos totais por meio de conversões	1 190	3 645	4 835	1 816	2 631	4 447
Saídas de conversões de empr. intercompanhias	1 006	2 683	3 689	1 320	1 099	2 419

Quadro 5.26 – Investimento estrangeiro direto – Participação por país

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	12 609	19 071	31 679	18 151	34 432	52 583
Luxemburgo	236	301	537	845	7 793	8 638
Países Baixos	3 094	3 421	6 515	1 822	4 873	6 695
Suíça	131	249	380	4 916	1 521	6 437
Estados Unidos	1 760	3 142	4 902	2 536	3 668	6 204
França	755	1 386	2 141	1 953	1 468	3 421
Áustria	15	33	48	23	3 302	3 325
Japão	565	1 107	1 673	441	2 056	2 497
Noruega	138	533	671	802	733	1 535
Espanha	1 127	2 297	3 424	384	1 107	1 491
Portugal	132	251	384	236	956	1 193
Coreia do Sul	106	26	132	171	870	1 041
Reino Unido	193	839	1 032	344	668	1 012
Chile	133	894	1 027	278	661	939
Bermudas	120	261	380	767	128	894
Ilhas Virgens Britânicas	101	302	403	131	745	875
Canadá	143	1 228	1 372	135	606	742
Austrália	391	315	707	214	345	559
Alemanha	2 174	299	2 473	180	373	552
Ilhas Cayman	274	818	1 092	161	245	406
China	71	12	83	366	26	392
Suécia	101	113	214	211	176	386
Maurício	3	6	9	70	260	330
Dinamarca	15	32	47	232	61	293
Itália	86	146	232	120	165	285
Uruguai	56	142	198	179	96	275
Hong Kong	6	28	34	6	241	248
Colômbia	68	83	152	65	122	187
Hungria	10	51	61	24	163	186
México	32	135	167	93	46	138
Panamá	80	52	132	98	28	127
Bahamas	37	16	52	53	56	108
Peru	0	44	45	24	64	88
Argentina	25	55	80	29	56	85
Bélgica	82	11	93	41	31	72
Finlândia	2	54	56	0	41	42
Chipre	2	68	70	3	37	40
Cingapura	79	12	91	19	15	34
Irlanda	5	4	8	3	11	13
Antilhas Holandesas	1	6	6	6	5	11
Demais países	260	298	558	175	612	788

Quadro 5.27 – Investimento estrangeiro direto – Participação por setor

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	12 609	19 071	31 679	18 151	34 432	52 583
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1 389	3 206	4 595	2 784	15 374	18 158
Extração de minerais metálicos	439	865	1 303	1 310	5 362	6 672
Extração de petróleo e gás natural	761	1 895	2 656	1 092	8 830	9 922
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	96	158	254	83	232	315
Extração de minerais não metálicos	2	5	7	2	40	42
Produção florestal	66	99	165	210	127	337
Atividades de apoio à extração de minerais	24	184	208	86	783	870
Demais	1	0	1	0	0	0
Indústria	6 627	6 853	13 479	9 628	9 717	19 345
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1 960	203	2 163	93	363	456
Produtos químicos	834	722	1 556	5 126	2 286	7 411
Metalurgia	2 052	1 702	3 754	530	2 997	3 527
Produtos alimentícios	255	195	451	640	460	1 101
Bebidas	26	89	115	466	3	469
Celulose, papel e produtos do papel	62	709	770	93	65	157
Máquinas e equipamentos	152	239	391	112	198	310
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	192	166	358	9	52	61
Produtos de borracha e de material plástico	203	234	437	52	232	284
Produtos de metal	22	105	127	51	329	381
Produtos minerais não metálicos	1	224	225	51	1 155	1 206
Edição e edição integrada à impressão	5	200	205	8	24	32
Produtos têxteis	1	69	71	43	16	59
Produtos diversos	40	38	79	36	50	86
Equip. de informática, produtos eletrônicos e ópticos	71	253	325	313	374	687
Outros equipamentos de transportes	3	69	73	76	55	131
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	300	1 045	1 344	1 700	578	2 278
Produtos do fumo	3	5	8	5	43	49
Reparação e manuten. de equipamentos de informática	1	0	1	9	15	24
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	379	309	688	117	292	409
Produtos de madeira	15	197	212	75	27	102
Outras indústrias	48	80	128	23	101	124
Serviços	4 588	9 008	13 596	5 760	9 344	15 103
Telecomunicações	121	189	310	632	61	693
Comércio, exceto veículos	833	1 494	2 327	763	1 752	2 515
Serv. de escritório e outros serv. prestados a empresas	66	189	255	93	463	556
Serviços financeiros e atividades auxiliares	308	2 581	2 889	910	908	1 818
Eletricidade, gás e outras utilidades	185	785	970	164	970	1 135
Alojamento	54	207	261	78	123	202
Construção de edifícios	356	361	717	391	318	709
Serviços de tecnologia da informação	50	808	858	127	462	589
Atividades imobiliárias	296	298	594	556	561	1 117
Seg., resseguros, previdên. compl. e planos de saúde	971	348	1 319	158	69	227
Transporte	376	134	510	644	210	854
Alimentação	6	14	20	96	23	119
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis	42	148	190	52	188	240
Publicidade e pesquisa de mercado	22	33	55	30	132	162
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	75	242	317	56	442	499
Ativ. de sedes de empre. e de cons. em gestão de emp	49	134	183	54	102	156
Agên. de viag., operad. turísticos e serviços correlatos	0	0	0	0	410	410
Serviços de arquitetura e engenharia	24	67	92	139	168	307
Serviços financeiros – Holdings não financeiras	237	151	388	147	718	865
Obras de infraestrutura	29	397	426	113	106	219
Comércio e reparação de veículos	36	36	73	58	65	123
Captação, tratamento e distribuição de água	49	6	55	100	377	477
Outros serviços	401	387	788	396	716	1 112

Os fluxos líquidos de IED para o Brasil elevaram-se 86,7% no ano, atingindo US\$48,4 bilhões, maior valor da série histórica, ressaltando-se que o estoque total de IED estimado para dezembro de 2010 totalizou US\$472,6 bilhões. Em relação aos ingressos líquidos, US\$40,1 bilhões destinaram-se à participação no capital de empresas no país, dos quais US\$4,4 bilhões referentes a operações de conversões de dívida externa em investimentos. Ressalte-se que, dessas conversões, US\$2,4 bilhões originaram-se de amortizações de empréstimos intercompanhias, com impacto líquido nulo em termos de IED. Os ingressos líquidos dos empréstimos intercompanhias somaram US\$8,3 bilhões, ante US\$6 bilhões, em 2009.

Vale ressaltar que, no primeiro semestre do ano, quando as incertezas voltaram aos mercados financeiros internacionais, as entradas líquidas de capitais na modalidade investimento estrangeiro direto somaram US\$12,1 bilhões, ante US\$12,7 bilhões no período equivalente de 2009. No segundo semestre, o IED líquido atingiu US\$36,3 bilhões, ante US\$13,3 bilhões em igual intervalo do ano anterior.

Os IED relacionados à modalidade participação no capital foram provenientes, em especial, de Luxemburgo, 16,4% do total bruto ingressado em 2010, seguindo-se as participações dos Países Baixos, 12,7%; Suíça, 12,2%; EUA, 11,8%; França, 6,5%; Áustria, 6,3%; e Japão, 4,7%.

Os ingressos brutos de IED destinados a aumento de participação no capital registraram evolução distinta quando segmentados por setores de atividades, com os destinados ao segmento agropecuária e indústria extrativa mineral crescendo 295,2%, ante elevações respectivas de 43,5% e 11,1% nos direcionados à indústria e ao setor de serviços.

O setor industrial, maior receptor dos fluxos de IED-participação no capital, absorveu 36,8% dos ingressos anuais, US\$19,3 bilhões, com ênfase nos destinados aos setores produtos químicos, 14,1% do total; metalurgia, 6,7%; coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, 4,3%; produtos de minerais não metálicos, 2,3%; e produtos alimentícios, 2,1%. Os segmentos onde ocorreram expansões anuais mais representativas foram minerais não metálicos, 435,5%; produtos químicos, 376,2%; bebidas, 306,6%; produtos de metal, 199,5%; e produtos alimentícios, 144,3%. As maiores retrações ocorreram nos ingressos direcionados à indústria de edição, 84,3%; máquinas e aparelhos elétricos, 83%; celulose e papel, 79,6%; e de veículos automotores, 78,9%.

Os fluxos de IED-participação no capital direcionados ao setor primário, atividade extrativa mineral e agricultura passaram de US\$4,6 bilhões, em 2009, para US\$18,2 bilhões e representaram 34,5% do total. Os ingressos destinados à atividade extração de petróleo e gás natural, maior receptora individual de IED, somaram US\$9,9 bilhões, representando 18,9% dos fluxos de IED-participação no capital em 2010. Os ingressos direcionados à atividade extração de minerais metálicos somaram US\$6,7 bilhões, elevando-se 411,9% no ano, com participação de 12,7% no total, e

os captados pelas atividades de apoio à extração de minerais, nas quais se incluem as pesquisas de atividades relacionadas ao segmento de petróleo, cresceram 317,4%, para US\$870 milhões.

Quadro 5.28 – Investimentos estrangeiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	2 263	43 896	46 159	23 166	44 629	67 795
Receitas	74 266	120 185	194 451	76 502	104 733	181 235
Despesas	72 004	76 289	148 292	53 336	60 104	113 440
Investimentos em ações	3 030	34 041	37 071	9 737	27 948	37 684
Receitas	55 400	94 343	149 743	47 880	72 104	119 983
Despesas	52 370	60 302	112 671	38 143	44 156	82 299
Negociadas no país	3 086	29 012	32 097	7 147	23 435	30 582
Receitas	55 232	89 194	144 426	44 232	62 026	106 258
Despesas	52 146	60 182	112 328	37 085	38 591	75 676
Negociadas no exterior (ADR)	-56	5 030	4 974	2 590	4 513	7 103
Receitas	168	5 149	5 317	3 648	10 078	13 725
Despesas	223	119	343	1 058	5 565	6 623
Títulos de renda fixa	-768	9 855	9 087	13 429	16 682	30 111
Receitas	18 866	25 842	44 708	28 622	32 629	61 251
Despesas	19 634	15 987	35 621	15 193	15 947	31 141
Negociados no país	1 086	8 990	10 077	9 306	5 282	14 588
Médio e longo prazos	1 404	8 274	9 678	8 292	5 088	13 380
Receitas	10 487	14 881	25 368	12 870	11 483	24 353
Despesas	9 083	6 607	15 690	4 578	6 394	10 972
Curto prazo	-318	717	399	1 013	194	1 207
Receitas	1 892	1 284	3 176	1 499	572	2 071
Despesas	2 210	568	2 777	485	379	864
Negociados no exterior	-1 854	865	-989	4 123	11 399	15 523
Bônus	692	-599	94	-2 168	-1 396	-3 564
Privados	0	56	56	-1	-1	-2
Desembolsos	0	56	56	0	0	0
Amortizações	0	0	0	1	1	2
Públicos	692	-655	38	-2 167	-1 395	-3 561
Desembolsos	1 775	2 325	4 100	788	2 030	2 818
Amortizações	1 083	2 980	4 062	2 954	3 425	6 379
Valor de face	994	2 586	3 580	2 601	2 798	5 399
Descontos	-88	-394	-482	-353	-627	-981
Notes e commercial papers	-640	124	-516	5 561	8 115	13 676
Desembolsos	3 682	4 767	8 450	10 995	12 034	23 029
Amortizações	4 322	4 643	8 965	5 434	3 920	9 354
Títulos de curto prazo	-1 906	1 339	-567	730	4 681	5 411
Desembolsos	1 030	2 529	3 559	2 471	6 509	8 980
Amortizações	2 937	1 189	4 126	1 741	1 828	3 569

A participação do setor de serviços no total dos fluxos de IED-participação no capital atingiu 28,7% em 2010, ante 42,9% no ano anterior, com ênfase no desempenho dos segmentos comércio, 4,8% do total; serviços financeiros, 3,5%; eletricidade, gás e outras utilidades, 2,2%; e atividades imobiliárias, 2,1%. As atividades do setor de serviços cujos ingressos registraram expansão anual mais intensa foram captação, tratamento e distribuição de água, 766,4%; alimentação, 496,3%; serviços de arquitetura e engenharia, 235,1%; telecomunicações, 123,4%; e serviços de escritório, 117,7%. Em sentido inverso, ocorreram retrações acentuadas nos fluxos direcionados às atividades de seguros, 82,8%, às obras de infraestrutura, 48,5%, e aos serviços financeiros, 37,1%.

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US\$67,8 bilhões em 2010, ante US\$46,2 bilhões no ano anterior, resultado de retrações de 6,8% nos ingressos e de 23,5% nas remessas. Os investimentos estrangeiros em ações de companhias brasileiras, estáveis em relação a 2009, registraram ingressos

Quadro 5.29 – Outros investimentos estrangeiros

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	14 399	-323	14 076	28 547	12 753	41 301
Crédito comercial (de fornecedores)	8 010	-3 909	4 100	1 482	-2 306	-823
Longo prazo	-340	-705	-1 045	-436	-97	-532
Desembolsos	1 218	1 524	2 742	670	1 397	2 066
Amortizações	1 557	2 229	3 787	1 105	1 494	2 599
Curto prazo (líquido)	8 350	-3 205	5 145	1 918	-2 209	-291
Empréstimos	6 286	-1 360	4 926	26 716	14 442	41 158
Autoridade monetária	0	0	0	-4	0	-4
Operações de regularização	0	0	0	0	0	0
Outros empréstimos de longo prazo	0	0	0	-4	0	-4
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	0	0	0	4	0	4
Demais setores	6 286	-1 360	4 926	26 719	14 442	41 161
Longo prazo	1 579	5 597	7 175	10 556	8 494	19 049
Desembolsos	6 926	13 556	20 482	17 022	17 534	34 556
Organismos ^{1/}	1 823	2 637	4 461	2 519	5 666	8 186
Agências	806	3 770	4 577	4 631	889	5 520
Compradores	3 152	5 214	8 366	4 657	5 497	10 153
Empréstimos diretos	1 144	1 935	3 079	5 215	5 482	10 697
Amortizações	5 347	7 960	13 307	6 466	9 041	15 507
Organismos ^{1/}	1 281	2 368	3 649	1 432	2 422	3 854
Agências	411	551	962	1 007	699	1 707
Compradores	1 671	2 737	4 407	2 096	3 310	5 406
Empréstimos diretos	1 984	2 304	4 288	1 931	2 610	4 541
Curto prazo	4 708	-6 957	-2 249	16 164	5 948	22 112
Moeda e depósitos	103	989	1 092	347	617	964
Outros passivos	-0	3 958	3 958	2	0	2
Longo prazo	0	3 962	3 962	0	0	0
Curto prazo	-0	-4	-4	2	0	2

1/ Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

líquidos de US\$37,7 bilhões, maior resultado da série histórica e decorrente de recuos anuais de 19,9% nas receitas e de 27% nas despesas, que somaram US\$120 bilhões e US\$82,3 bilhões, respectivamente. Os investimentos estrangeiros em ações negociadas no país registraram ingressos líquidos de US\$30,6 bilhões, ante US\$32,1 bilhões em 2009, e as colocações de DR, que refletem investimentos estrangeiros em ações de companhias brasileiras negociadas em bolsas de valores no exterior, somaram ingressos líquidos de US\$7,1 bilhões, ante US\$5 bilhões no ano anterior.

Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa registraram desembolsos líquidos de US\$30,1 bilhões em 2010, maior resultado da série iniciada em 1995 e 231,3% superior ao assinalado em 2009. Vale ressaltar que, evidenciando o impacto da elevação, em outubro, das alíquotas do IOF incidentes sobre o capital estrangeiro destinado às aplicações de renda fixa negociada no país, ocorreram amortizações líquidas de US\$214 milhões no bimestre encerrado em dezembro. No ano, o desembolso líquido de investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no país registrou elevação de 44,8%, para US\$14,6 bilhões.

O fluxo de capitais referente a bônus soberanos resultou em amortizações líquidas de US\$3,6 bilhões em 2010, incluindo cronograma original de vencimentos e resgates antecipados de dívida. Entre os ingressos, destacaram-se os desembolsos líquidos, US\$2,8 bilhões, advindos da emissão e posterior reabertura do *Global 21*, respectivamente de US\$788 milhões e US\$825 milhões, e de reaberturas dos bônus *Global 41*, US\$550 milhões, e do *Global BRL 28*, US\$655 milhões (R\$1,1 bilhão). As operações de *notes* e *commercial papers* apresentaram ingressos líquidos de US\$13,7 bilhões, ante amortizações líquidas de US\$516 milhões em 2009, resultado de elevações de 172,5% nos desembolsos e de 4,3% nas amortizações. Os títulos de curto prazo registraram ingressos líquidos US\$5,4 bilhões em 2010, ante amortizações líquidas de US\$567 milhões no ano anterior, ressaltando-se a expansão de 152,3% nos desembolsos brutos.

Quadro 5.30 – Investimentos brasileiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 798	8 286	10 084	-8 881	-2 638	-11 519
Retornos	9 899	15 355	25 254	8 913	14 467	23 379
Saídas	8 101	7 069	15 170	17 794	17 104	34 898
Participação no capital	-1 190	-3 355	-4 545	-12 110	-14 673	-26 782
Retornos	2 411	1 506	3 917	2 179	1 267	3 446
Saídas	3 601	4 861	8 462	14 288	15 940	30 228
Empréstimos intercompanhias	2 988	11 641	14 629	3 229	12 035	15 263
Ingressos	7 488	13 849	21 337	6 734	13 199	19 933
Saídas	4 500	2 208	6 708	3 505	1 164	4 670

Outros investimentos estrangeiros no país apresentaram ingressos líquidos de US\$41,3 bilhões em 2010, acréscimo anual de 193,4%. O crédito comercial de fornecedores somou amortizações líquidas de US\$823 milhões, ante desembolsos líquidos de US\$4,1 bilhões em 2009, com as amortizações líquidas dos créditos de longo prazo somando US\$532 milhões e as relativas a créditos de curto prazo, US\$291 milhões. Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US\$19 bilhões, compostos por desembolsos líquidos de empréstimos diretos, US\$6,2 bilhões; de compradores, US\$4,7 bilhões; de organismos, US\$4,3 bilhões; e de agências, US\$3,8 bilhões. Os empréstimos de curto prazo totalizaram desembolsos líquidos de US\$22,1 bilhões, ante amortizações líquidas de US\$2,2 bilhões em 2009. Os ingressos líquidos de recursos de não residentes mantidos no país sob a forma de depósitos e moeda somaram US\$964 milhões, recuo anual de 11,7%, e os outros passivos de longo prazo registraram ingressos de US\$2 milhões, ante US\$4 bilhões em 2009, ocasião em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) fez alocação dos Direitos Especiais de Saque (DES) ao Brasil, que constituíram simultaneamente ativos externos, componentes das reservas internacionais, e passivos externos.

Os fluxos de investimentos brasileiros diretos no exterior somaram aplicações líquidas de US\$11,5 bilhões, ante retornos líquidos de US\$10,1 bilhões em 2009, resultado de aumento de participações de US\$26,8 bilhões, ante US\$4,5 bilhões em 2009, e de amortizações líquidas de US\$15,3 bilhões relativas a empréstimos de empresas brasileiras a coligadas no exterior produziram, ante US\$14,6 bilhões em 2009. O estoque dos investimentos brasileiros diretos no exterior totalizou US\$175,2 bilhões, conforme estimativa para dezembro de 2010, ante US\$158,8 bilhões em igual período do ano anterior.

Quadro 5.31 – Investimentos brasileiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-866	4 990	4 125	-375	-4 408	-4 784
Receitas	2 629	7 845	10 473	3 278	7 705	10 983
Despesas	3 495	2 854	6 349	3 654	12 113	15 767
Investimentos em ações	-524	3 106	2 582	896	5 315	6 211
Receitas	205	3 345	3 550	1 379	6 152	7 531
Despesas	728	239	968	483	837	1 320
<i>Brazilian Depositary Receipts (BDR)</i>	11	-0	11	-13	68	55
Receitas	15	2	17	159	106	264
Despesas	3	2	6	172	38	210
Demais	-535	3 106	2 571	909	5 248	6 157
Receitas	190	3 343	3 533	1 220	6 046	7 266
Despesas	725	237	962	311	799	1 110
Títulos de renda fixa	-342	1 884	1 542	-1 271	-9 724	-10 995
Receitas	2 424	4 499	6 923	1 900	1 552	3 452
Despesas	2 766	2 615	5 381	3 171	11 276	14 447

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram aplicações líquidas de US\$4,8 bilhões, ante retornos líquidos de US\$4,1 bilhões em 2009. Os outros investimentos brasileiros em ações de companhias estrangeiras registraram retornos líquidos de US\$6,2 bilhões, ante US\$2,6 bilhões em 2009, enquanto os investimentos em títulos de renda fixa apresentaram aplicações líquidas de US\$11 bilhões, ante retornos líquidos de US\$1,5 bilhão no ano anterior.

Quadro 5.32 – Outros investimentos brasileiros

US\$ milhões

Discriminação	2009			2010		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-12 361	-18 015	-30 376	-12 079	-30 496	-42 575
Empréstimos	-13 234	-12 065	-25 299	-11 769	-24 799	-36 568
Longo prazo	-59	-72	-131	-23	-8	-30
Amortizações	37	33	70	42	102	145
Desembolsos	96	105	201	65	110	175
Curto prazo (líq.)	-13 175	-11 993	-25 168	-11 746	-24 792	-36 538
Moeda e depósitos	854	-5 820	-4 966	-435	-4 420	-4 855
Bancos	-394	-2 543	-2 936	3 413	-1 297	2 117
Demais setores	1 248	-3 277	-2 029	-3 848	-3 123	-6 971
Outros ativos	18	-130	-112	125	-1 277	-1 152
Longo prazo	17	-3	14	-134	-73	-207
Amortizações	82	84	166	71	26	96
Desembolsos	65	87	152	205	98	303
Curto prazo (líquido)	1	-126	-125	259	-1 204	-945

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US\$42,6 bilhões em 2010, ante US\$30,4 bilhões em 2009, refletindo, em especial, as aplicações líquidas de US\$36,5 bilhões relativas a empréstimos de curto prazo. O saldo dos empréstimos de longo prazo ao exterior somou remessas líquidas de US\$30 milhões, ante US\$131 milhões, em 2009. As saídas líquidas de US\$4,9 bilhões na forma de moedas e depósitos no exterior refletiram a constituição de ativos dos demais setores,



US\$7 bilhões, e o retorno de depósitos de bancos brasileiros no exterior, US\$2,1 bilhões. Os outros ativos totalizaram aplicações líquidas de US\$1,2 bilhão, dos quais US\$945 milhões de curto prazo.

Quadro 5.33 – Demonstrativo de variação das reservas internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010
I – Posição das reservas (final do ano anterior)	180 334	193 783	238 520
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervensões)	-5 438	36 526	41 952
Pronto	7 585	24 038	41 417
Linhas com recompra	-8 338	8 338	-
Empréstimos em moeda estrangeira	-4 685	4 151	535
2. Operações externas do Banco Central	18 887	8 211	8 103
Desembolsos	1 291	1 800	1 205
Bônus	525	1 800	1 205
Organismos	766	-	-
Amortizações	-	-	-
Bônus e MYDFA	-	-	-
Organismos	-	-	-
Clube de Paris	-	-	-
Juros	7 176	4 755	4 070
Bônus e MYDFA	-	-	-
Organismos	-18	-2	-
Clube de Paris	-	-	-
Remuneração das reservas	7 193	4 757	4 070
Demais ^{1/}	10 421	1 656	2 828
II – Total das operações do Banco Central (1+2)	13 450	44 736	50 055
III – Posição das reservas – Conceito caixa	193 783	238 520	288 575
IV – Saldo de linhas com recompra	8 338	-	-
V – Operações de empréstimo em moeda estrangeira	4 685	535	-
VI – Posição das reservas – Conceito liquidez ^{2/}	206 806	239 054	288 575
Memo:			
Mercado de câmbio liquidado:			
Operações com clientes no país (líquido)	2 900	28 188	41 952
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	-3 419	30 566	21 776
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	-	-	-
Variação da posição dos bancos (líquido) ^{3/}	6 319	-2 378	20 175

^{1/} Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

^{2/} Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

^{3/} A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

Reservas internacionais

O Banco Central adquiriu US\$41,4 bilhões no mercado doméstico de câmbio à vista em 2010, operações determinantes para que as reservas internacionais crescessem US\$50 bilhões no ano e atingissem o recorde de US\$289 bilhões, em dezembro.

As operações de empréstimo em moedas estrangeiras com garantias em operações de exportação ou em títulos soberanos do país, que acumulavam US\$535 milhões em 2009, foram integralmente liquidadas em maio de 2010. Assim, os conceitos de reservas internacionais, caixa e liquidez internacional, convergiram para o mesmo estoque.

As operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US\$8,1 bilhões em 2010, com ênfase nos desembolsos de bônus de US\$1,2 bilhão, que incluíram US\$550 milhões da reabertura do *Global 41* e US\$655 milhões da reabertura do *Global BRL 28*, e na receita de juros de US\$4,1 bilhões com a remuneração das reservas. Dentre as demais operações, que elevaram o estoque das reservas em US\$2,8 bilhões, destacam-se os ganhos de US\$649 milhões em preços de títulos e de US\$324 milhões em paridades.

Quadro 5.34 – Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa^{1/}

US\$ milhões

Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
2010						
Jan	428	1 070	1 498	1 498	-	1 498
Fev	972	440	1 412	1 412	-	1 412
Mar	305	118	423	423	-	423
Abr	552	223	775	775	-	775
Mai	130	133	263	263	-	263
Jun	215	101	316	316	-	316
Jul	305	915	1 220	1 220	-	1 220
Ago	111	274	385	385	-	385
Set	208	209	417	417	-	417
Out	1 194	199	1 393	1 393	-	1 393
Nov	640	146	786	786	-	786
Dez	340	52	392	392	-	392
Ano	5 399	3 880	9 279	9 279	-	9 279

1/ Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para pagamento do serviço da dívida relativo a bônus. Em 2010, essas operações somaram US\$9,3 bilhões, dos quais US\$5,4 bilhões referentes a principal e US\$3,9 bilhões a juros. Dentre as amortizações, destacaram-se as relativas aos

Quadro 5.35 – Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos da dívida externa
Pela data de liquidação

US\$ milhões

Período	Principal	Juros	Ágio/deságio	Total
2010				
Jan	257	4	41	302
Fev	382	7	138	527
Mar	289	6	49	345
Abr	139	3	36	178
Mai	130	4	19	153
Jun	215	11	70	295
Jul	141	1	39	181
Ago	111	2	21	134
Set	193	3	49	245
Out	388	7	168	562
Nov	640	18	239	896
Dez	340	11	111	463
Ano	3 224	76	981	4 281

bônus *Global 10*, US\$413 milhões; *Global 10-N*, US\$807 milhões; *Global 18/A-Bond*, US\$335 milhões; e *Euro 10*, US\$589 milhões.

O programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, objetivando a melhora do perfil temporal da dívida externa pública brasileira e, principalmente, a construção de uma curva de juros mais completa, movimentou US\$4,3 bilhões em 2010, dos quais US\$3,2 bilhões relativos a pagamento de principal, US\$76 milhões a juros decorridos e US\$981 milhões a despesas de ágio.

Dívida externa

A dívida externa total atingiu US\$257 bilhões ao final de 2010, elevando-se US\$58,6 bilhões em relação a dezembro do ano anterior. A dívida de médio e longo prazos aumentou US\$32,3 bilhões, para US\$199 bilhões, e a de curto prazo elevou-se US\$26,3 bilhões, para US\$57,3 bilhões. O estoque de empréstimos intercompanhias cresceu US\$15,8 bilhões, para US\$95,1 bilhões, dos quais US\$87 bilhões de médio e longo prazos.

A dívida externa de longo prazo era composta, em dezembro de 2010, por financiamentos de comércio, 39,2% do total; créditos relativos a empréstimos em moeda, 37,4%; e bônus, 21,2%. O estoque de empréstimos em moeda elevou-se US\$14,4 bilhões no ano, reflexo de aumento de US\$11,4 bilhões em *notes* e de US\$2,9 bilhões em empréstimos diretos. O estoque dos financiamentos externos para o comércio exterior aumentou US\$20,7 bilhões e o relativo a bônus da dívida externa recuou US\$2,7 bilhões, para

Quadro 5.36 – Endividamento externo bruto^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010
A. Dívida total (B+C)	172 589	193 219	198 340	198 192	256 804
B. Dívida de médio e longo prazos ^{2/}	152 266	154 318	161 896	167 220	199 497
Programa de assistência financeira	-	-	-	-	-
FMI	-	-	-	-	-
BIS	-	-	-	-	-
BoJ	-	-	-	-	-
Demais empréstimos do FMI	-	-	-	4 510	4 446
Bônus de dívida reestruturada (<i>Bradies</i>)	-	-	-	-	-
Demais bônus ^{3/}	51 968	47 195	42 687	44 953	42 223
Financiamentos de importações	39 983	46 758	58 977	57 468	78 150
Organismos internacionais	25 148	26 981	30 023	28 202	35 166
Agências governamentais	6 259	6 482	6 854	6 826	15 528
Outros financiadores	8 575	13 295	22 100	22 440	27 457
Empréstimos em moeda	60 315	60 365	60 232	60 289	74 677
Notes ^{4/}	40 151	45 884	42 420	41 259	52 703
Empréstimos diretos	20 164	14 481	17 812	19 030	21 975
Empréstimos diversos	-	-	-	-	-
C. Dívida de curto prazo	20 323	38 901	36 444	30 972	57 307
Linhas de crédito de importação de petróleo	-	-	-	-	-
Bancos comerciais	16 527	27 613	28 220	21 957	32 328
Financiamento rural (Resolução nº 2.483)	-	-	-	-	-
Outras operações	3 796	11 288	8 224	9 015	24 979
Financiamentos	530	305	802	593	837
Empréstimos	3 266	10 983	7 421	8 422	24 141
D. Empréstimos intercompanhias	26 783	47 276	64 570	79 372	95 137
E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A+D)	199 372	240 495	262 910	277 563	351 941

1/ A partir de 2001 contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas há mais de 120 dias, e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central. As variações de posição podem não coincidir com os fluxos do balanço de pagamentos, os quais especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui pré-*bradies* (BIB).

4/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

US\$42,2 bilhões, ressaltando-se que, desse total, 97,2% referiram-se a bônus do setor público.

A elevação da dívida de curto prazo decorreu, principalmente, dos aumentos respectivos de US\$15,7 bilhões e US\$10,4 bilhões nas operações de empréstimos e no estoque detido por bancos comerciais.

A dívida externa registrada, com participação de 55% do setor privado, representou 87,4% da dívida externa total, sendo US\$99,3 bilhões em dívidas de longo prazo e

US\$24,1 bilhões em passivos de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazos concentrava-se nas modalidades *notes*, 45,8% do total; e bancos, 36,6%.

A dívida externa registrada de responsabilidade do setor público, 45% do total, era composta, ao final de 2010, por US\$100,2 bilhões de médio e longo prazos e US\$844 milhões de curto prazo. A dívida de médio e longo prazos do setor público não financeiro concentrava-se no Tesouro Nacional, 62,6% do total, dos quais US\$41 bilhões na modalidade *bônus*. A dívida do Banco Central, 5,4% do total, referia-se integralmente a alocações de DES junto ao FMI, classificadas como dívida junto a organismos internacionais. A dívida externa dos governos estaduais e municipais representava 16% do total, concentrando-se em créditos de organismos internacionais, enquanto a das estatais referia-se, principalmente, a créditos de agências governamentais.

Quadro 5.37 – Dívida externa registrada

US\$ milhões

Devedor	Credor			
	Bônus	Organismos ^{1/}	Bancos ^{2/}	Notes ^{3/}
A. Total	42 223	39 633	58 767	61 096
B. Médio e longo prazos	42 223	39 612	43 139	52 703
Setor público	41 042	34 097	6 770	7 246
Setor público não financeiro	41 042	28 346	1 548	2 643
Tesouro Nacional	41 042	9 908	400	0
Banco Central do Brasil	0	4 446	0	0
Estatais	0	2 070	292	2 643
Estados e municípios	0	11 921	856	0
Setor financeiro	0	5 751	5 222	4 603
Setor privado	1 181	5 515	36 369	45 457
Não financeiro	1 055	2 770	31 281	20 822
Financeiro	126	2 745	5 088	24 635
	0	0	0	0
C. Curto prazo	0	21	15 628	8 393
Empréstimos	0	1	14 948	0
Não financeiro	0	1	4 495	0
Financeiro	0	0	10 453	0
Financiamento de importações	0	21	680	8 393
Não financeiro	0	0	569	868
Financeiro	0	21	111	7 525
D. Empréstimos intercompanhias	247	0	0	3 773
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	42 469	39 633	58 767	64 869

(continua)

A dívida contratada com aval do setor público aumentou US\$5,2 bilhões em 2010, atingindo US\$27,1 bilhões, dos quais US\$25,7 bilhões concedidos pelo governo federal. Quanto à origem do endividamento do total avalizado, US\$1,6 bilhão era constituído por dívida do setor privado.

Quadro 5.37 – Dívida externa registrada (continuação)

US\$ milhões

Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	15 534	3 133	4 090	224 476
B. Médio e longo prazos	15 528	2 996	3 296	199 497
Setor público	10 889	111	0	100 154
Setor público não financeiro	9 158	111	0	82 847
Tesouro Nacional	464	74	0	51 888
Banco Central do Brasil	0	0	0	4 446
Estatais	8 232	36	0	13 274
Estados e municípios	461	0	0	13 239
Setor financeiro	1 731	0	0	17 307
Setor privado	4 639	2 885	3 296	99 342
Não financeiro	4 509	2 874	1 276	64 586
Financeiro	130	11	2 020	34 756
	0	0	0	
C. Curto prazo	6	138	794	24 979
Empréstimos	6	0	794	15 748
Não financeiro	6	0	152	4 653
Financeiro	0	0	642	11 095
Financiamento de importações	0	138	0	9 231
Não financeiro	0	138	0	1 575
Financeiro	0	0	0	7 656
D. Empréstimos intercompanhias	0	0	91 117	95 137
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	15 534	3 133	95 207	319 613

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui créditos de compradores.

3/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

O esquema de amortização da dívida externa bruta registrada de médio e longo prazos, de acordo com a posição de dezembro de 2010, apresentava concentração de 52,5% do total de vencimentos nos próximos cinco anos. Considerando a dívida de longo prazo com vencimentos até 2015, a participação dos setores privado e público financeiro atingia 74,2%. Em relação ao esquema de amortização da dívida externa registrada por credor, as relativas a empréstimos em moeda, operações de *buyers* e organismos internacionais correspondiam, na ordem, a 40,5%, 22% e 17,2% dos vencimentos de médio e longo prazo, em dezembro de 2010.

O prazo médio da dívida externa registrada atingiu 7,2 anos em dezembro de 2010, ante 7,5 anos em igual mês do ano anterior, com o prazo mais reduzido ocorrendo na modalidade compradores, 3,3 anos, e o mais dilatado, 13,2 anos, nos bônus.

A participação do dólar norte-americano na dívida externa registrada por moeda cresceu 2,9 p.p. no ano, para 82,8%, enquanto as relativas ao euro e ao iene assinalaram recuos respectivos de 0,1 p.p. e 1,7 p.p., situando-se, na ordem, em 5% e 4,5%. A participação da dívida denominada em real decresceu 0,6 p.p., atingindo 5,5%.

Quadro 5.38 – Dívida pública externa registrada

Composição do principal por devedor e avalista

US\$ milhões					
Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010
Governo federal (contratada diretamente)	63 942	58 991	54 373	54 779	51 888
Estados e municípios	6 815	7 055	8 199	9 593	13 239
Direta	-	41	27	5	3
Com aval	6 815	7 013	8 172	9 588	13 235
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	14 777	14 700	17 147	26 850	35 872
Direta	9 041	8 619	10 946	15 474	23 587
Com aval	5 735	6 081	6 201	11 376	12 285
Setor privado (com aval do setor público)	89	436	450	891	1 578
Total geral	85 622	81 182	80 169	92 113	102 577
Direta	72 983	67 652	65 346	70 258	75 478
Com aval	12 640	13 530	14 823	21 855	27 099
Pelo governo federal	12 597	13 454	14 688	21 234	25 684
Pelos estados e municípios	3	8	7	5	0
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	40	67	127	616	1 414

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedorEsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões						
Discriminação	Estoque	2011	2012	2013	2014	2015
A. Dívida total (B+C)	224 476	46 878	20 394	19 827	10 609	20 043
B. Dívida de médio e longo prazos	199 497	21 899	20 394	19 827	10 609	20 043
Setor público não financeiro	82 847	4 765	5 323	3 654	2 992	7 238
Governo Central	56 334	3 404	4 029	2 212	1 686	3 692
Demais	26 513	1 361	1 294	1 442	1 307	3 546
Setor público financeiro	17 307	2 896	680	1 545	658	974
Setor privado	99 342	14 237	14 392	14 627	6 958	11 831
C. Dívida de curto prazo	24 979	24 979	-	-	-	-
Setor público não financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	844	844	-	-	-	-
Setor privado	24 135	24 135	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	95 137	17 116	11 441	9 402	10 989	9 248
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	319 613	63 993	31 835	29 229	21 598	29 291

(continua)

O estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes ampliou-se de 39,3% do total, em dezembro de 2009, para 40,8%, em dezembro de 2010, ressaltando-se que a participação da *Libor* como indexador elevou-se de 56,5% para 58,7%, neste segmento.

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedor (continuação)Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2016	2017	2018	2019	2020	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	12 859	13 443	7 780	11 991	13 126	47 527
B. Dívida de médio e longo prazos	12 859	13 443	7 780	11 991	13 126	47 527
Setor público não financeiro	5 758	6 342	2 935	7 095	1 903	34 842
Governo Central	2 996	3 825	634	3 884	821	29 153
Demais	2 762	2 517	2 301	3 211	1 081	5 690
Setor público financeiro	618	1 573	1 560	1 515	2 362	2 926
Setor privado	6 483	5 527	3 285	3 381	8 862	9 758
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	4 063	5 175	5 150	4 442	5 801	12 311
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	16 922	18 617	12 929	16 433	18 927	59 838

^{1/} Inclui operações de regularização.**Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credor**Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	Estoque	2011	2012	2013	2014	2015
A. Dívida total (B+C)	224 476	46 878	20 394	19 827	10 609	20 043
B. Dívida de médio e longo prazos	199 497	21 899	20 394	19 827	10 609	20 043
Organismos internacionais	39 612	3 196	3 909	3 126	2 677	3 037
Agências governamentais	15 528	1 041	1 108	1 112	1 039	2 373
Compradores	24 461	5 333	5 709	4 234	2 655	2 476
Fornecedores	2 996	754	548	569	209	208
Empréstimos em moeda	74 677	9 208	6 974	9 154	3 149	9 081
Notes ^{2/}	52 703	2 962	2 797	5 343	1 652	7 499
Empréstimo diretos	21 975	6 246	4 176	3 811	1 497	1 582
Bônus	42 223	2 367	2 147	1 632	880	2 867
C. Dívida de curto prazo	24 979	24 979	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	95 137	17 116	11 441	9 402	10 989	9 248
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	319 613	63 993	31 835	29 229	21 598	29 291

(continua)

Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credor (continuação)
Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2016	2017	2018	2019	2020	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	12 859	13 443	7 780	11 991	13 126	47 527
B. Dívida de médio e longo prazos	12 859	13 443	7 780	11 991	13 126	47 527
Organismos internacionais	2 440	2 067	1 790	1 647	1 501	14 222
Agências governamentais	2 181	2 040	1 943	1 781	298	614
Compradores	1 511	867	330	576	284	487
Fornecedores	123	114	99	92	106	174
Empréstimos em moeda	4 179	5 112	3 493	4 494	10 554	9 280
Notes ^{2/}	3 141	4 519	3 065	3 939	9 477	8 309
Empréstimo diretos	1 038	593	428	555	1 077	971
Bônus	2 425	3 244	126	3 401	383	22 751
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	4 063	5 175	5 150	4 442	5 801	12 311
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	16 922	18 617	12 929	16 433	18 927	59 838

^{1/} Inclui operações de regularização.

^{2/} Inclui *commercial papers* e *securities*.

Quadro 5.41 – Prazo médio de amortização
Dívida externa registrada^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2010	Prazo médio (anos)
A. Total	221 371	7.2
Organismos internacionais	39 605	8.9
Agências governamentais	15 501	5.9
Compradores	24 075	3.3
Fornecedores	2 899	3.7
Empréstimos em moeda + outros	21 820	3.6
Notes e <i>commercial papers</i>	52 047	7.5
Bônus	42 223	13.2
Bradies	93	2.0
Global /Euro	40 949	13.5
Outros	1 181	2.5
Curto Prazo	23 201	1.0
B. Empréstimos intercompanhias	91 296	5.5
C. Total + intercompanhias	312 666	6.7

^{1/} Exclui vencidos.

Gráfico 5.11
Prazo médio da dívida externa registrada

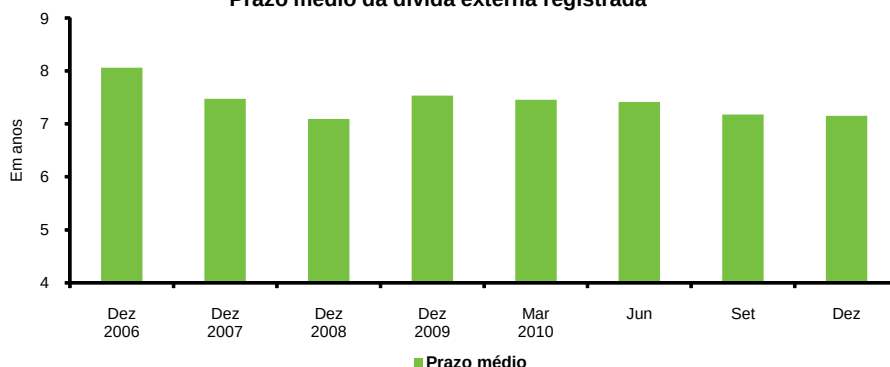
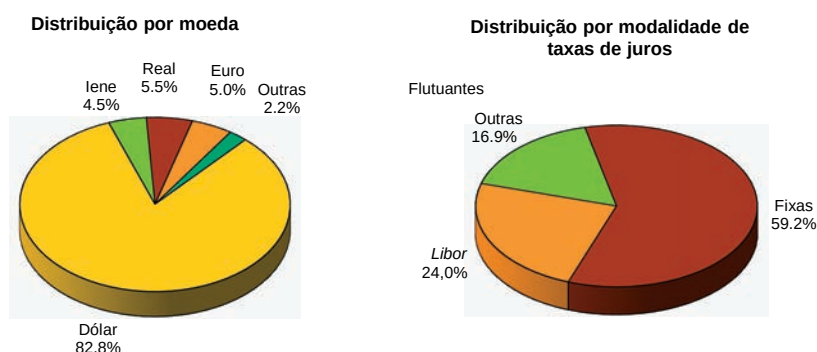


Gráfico 5.12
Composição da dívida externa registrada
Dezembro de 2010



Indicadores de endividamento

Os indicadores de endividamento externo relativos ao serviço da dívida externa e à dívida externa total registraram evolução anual favorável em 2010, enquanto os relacionados à dívida externa líquida apresentaram movimento oposto.

O serviço da dívida e as exportações aumentaram 6,4% e 32% no ano, respectivamente, resultando em recuo, de 28,5% para 23%, na relação entre as duas variáveis. As elevações respectivas de 30,7% e 29,6% observadas no PIB em dólares e na dívida externa total traduziram-se em redução, de 12,4% para 12,3%, da razão entre a dívida externa total e o PIB. Adicionalmente, as relações serviço da dívida/PIB e dívida externa total/exportações decresceram, na ordem, 2,7% para 2,2%, e de 129,5% para 127,2%, no ano.

A dívida externa total líquida de ativos permaneceu negativa em dezembro de 2010. Assim, a relação entre a dívida externa líquida e as exportações dos últimos doze meses passou de -40,4%, em dezembro de 2009, para -25,1%, em dezembro de 2010, enquanto a razão entre a dívida externa líquida e o PIB variou de -3,9% para -2,4%.

Quadro 5.42 – Indicadores de sustentabilidade externa^{1/}

US\$ milhões

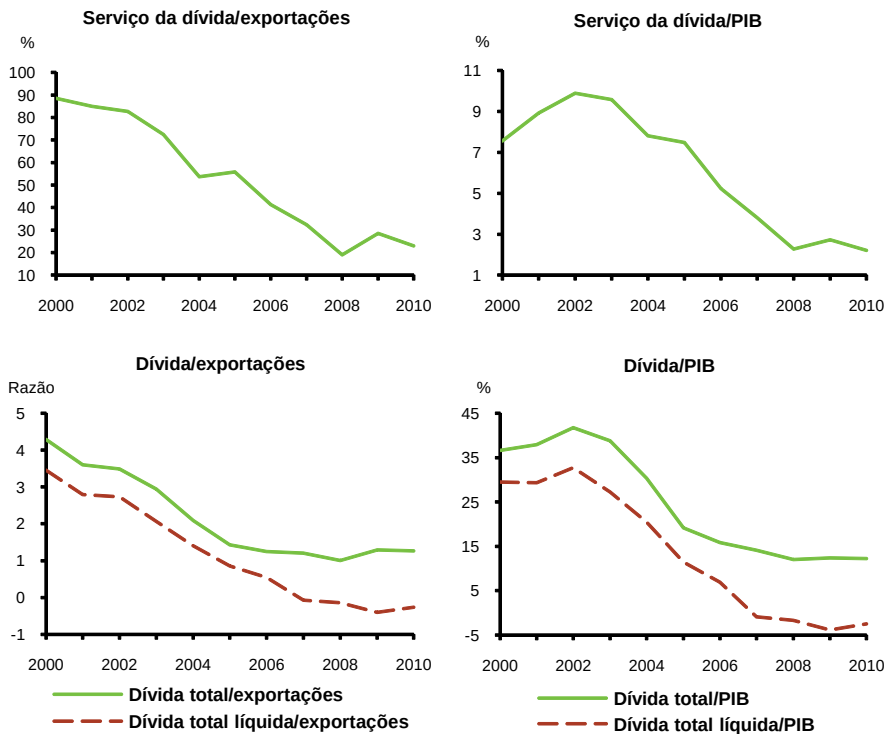
Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010
Serviço da dívida	56 902	52 028	37 638	43 561	46 348
Amortizações ^{2/}	42 024	36 687	22 065	29 639	32 864
Juros brutos	14 878	15 342	15 573	13 922	13 484
Dívida de médio e longo prazos (A)	152 266	154 318	161 896	167 220	199 497
Dívida de curto prazo (B)	20 323	38 901	36 444	30 972	57 307
Dívida total (C)=(A+B)	172 589	193 219	198 340	198 192	256 804
Reservas internacionais (D)	85 839	180 334	206 806	239 054	288 575
Créditos brasileiros no exterior (E) ^{3/}	2 939	2 894	2 657	2 435	2 227
Haveres de bancos comerciais (F)	8 990	21 938	16 560	18 474	16 630
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	74 821	-11 948	-27 683	-61 771	-50 628
Exportações	137 807	160 649	197 942	152 995	201 915
PIB	1 088 767	1 366 543	1 650 713	1 598 397	2 089 829
Indicadores (em percentagem)					
Serviço da dívida/exportações	41,3	32,4	19,0	28,5	23,0
Serviço da dívida/PIB	5,2	3,8	2,3	2,7	2,2
Dívida total/exportações	125,2	120,3	100,2	129,5	127,2
Dívida total/PIB	15,9	14,1	12,0	12,4	12,3
Dívida total líquida/exportações	54,3	-7,4	-14,0	-40,4	-25,1
Dívida total líquida/PIB	6,9	-0,9	-1,7	-3,9	-2,4

^{1/} Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

^{2/} Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

^{3/} Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Gráfico 5.13
Indicadores de sustentabilidade externa



Captações externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2010 somou US\$2,8 bilhões. As captações no mercado internacional ocorreram principalmente no segundo semestre do ano e foram denominadas em dólares, com o lançamento, e posterior reabertura, do *Global 21* e reabertura do *Global 41*; e em reais, com a reabertura do *Global BRL 28*. Os prazos de vencimento dos títulos variaram de dez a trinta anos e os prêmios de risco – diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos brasileiros e a dos títulos do Tesouro americano – atingiram 115 pontos básicos no lançamento e 150 pontos básicos na reabertura do *Global 21*; e 142 pontos básicos na reabertura do *Global 41*.

A dívida externa reestruturada totalizou US\$93 milhões em dezembro de 2010, reduzindo-se US\$31 milhões em relação a igual mês do ano anterior, referindo-se exclusivamente ao *Exit Bond* (BIB), para o qual não há cláusula de antecipação de pagamentos e cujo vencimento ocorrerá em 2013.

Quadro 5.43 – Emissões da República

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8.000		242
Global 27 ^{2/}	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10.125	10.90	395
Euroaira ^{3/}	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11.000		348
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10.000	8.73	268
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9.375	10.29	375
Euromarco 08 ^{4/}	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10 a 7	8.97	328
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14.500	14.01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12.000	12.02	743
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12.750	13.27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11.000	12.52	652
Global 30 ^{5/}	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12.250	12.90	663
Global 07 ^{6/}	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11.250	12.00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11.000	13.73	788
Euro 07 ^{7/}	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9.500	11.01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4.750	10.92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10.250	10.54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9.500	10.60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8.875	12.91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4.750	10.24	572
Global 12	11.1.2002	11.1.2012	10	1 250	11.000	12.60	754
Global 08N	12.3.2002	12.3.2008	6	1 250	11.500	11.74	738
Euro 09	2.4.2002	2.4.2009	7	440	11.500	12.12	646
Global 10	16.4.2002	15.4.2010	8	1 000	12.000	12.38	719
Global 07N	6.5.2003	16.01.2007	4	1 000	10.000	10.70	783
Global 13	17.6.2003	17.06.2013	10	1 250	10.250	10.58	738
Global 11 ^{8/}	7.8.2003	07.08.2011	8	1 250	10.000	11.15	701
Global 24B	7.8.2003	15.04.2024	21	825	8.875	12.59	764
Global 10N	22.10.2003	22.10.2010	7	1 500	9.250	9.45	561
Global 34	20.1.2004	20.01.2034	30	1 500	8.250	8.75	377
Global 09 N	28.6.2004	29.6.2009	5	750	Libor 3m +5,76	Libor 3m + 5,94	359
Global 14 ^{9/}	14.7.2004	14.7.2014	10	1 250	10.500	10.80	538
Euro 12 ^{10/}	24.9.2004	24.9.2012	8	1 228	8.500	8.57	474
Global 19	14.10.2004	14.10.2019	15	1 000	8.875	9.15	492
Euro 15	3.2.2005	3.2.2015	10	652	7.375	7.55	399
Global 25	4.2.2005	4.2.2025	20	1 250	8.750	8.90	431
Global 15	7.3.2005	7.3.2015	10	1 000	7.875	7.90	353
Global 19 (Reabertura)	17.5.2005	14.10.2019	14	500	8.875	8.83	458
Global 34 (Reabertura)	2.6.2005	20.1.2034	29	500	8.250	8.81	440
Global 15 (Reabertura)	27.6.2005	7.3.2015	10	600	7.875	7.73	363
A-Bond 18 (Troca C Bond)	1.8.2005	15.1.2018	13	4 509	8.000	7.58	336
Global 25 (Reabertura)	13.9.2005	4.2.2025	20	1 000	8.750	8.52	417
Global BRL 16	26.9.2005	5.1.2016	10	1 479	12.500	12.75	-
Global 15 (Reabertura)	17.11.2005	7.3.2015	9	500	7.875	7.77	312
Global 34 (Reabertura)	6.12.2005	20.1.2034	28	500	8.250	8.31	363
Global 37	18.1.2006	20.01.2037	31	1 000	7.125	7.56	295
Euro 15 (Reabertura)	3.2.2006	03.02.2015	9	362	7.375	5.45	185

(continua)

Quadro 5.43 – Emissões da República (continuação)

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	<i>Spread</i> sobre <i>US Treasury</i> ^{1/} (p.b.)
Global 37 (Reabertura)	23.3.2006	20.1.2037	31	500	7.125	6.83	204
Global 34 (Reabertura)	2.6.2006	20.1.2034	28	198	8.250	8.24	-
Global 37 (Reabertura)	15.8.2006	20.1.2037	30	500	7.125	7.15	205
Global BRL 22	13.9.2006	5.1.2022	15	743	12.500	12.88	-
Global BRL 22 (Reabertura)	13.10.2006	5.1.2022	15	301	12.500	12.47	-
Global 17	14.11.2006	17.01.2017	10	1 500	6.000	6.25	159
Global BRL 22 (Reabertura)	11.12.2006	5.1.2022	15	346	12.500	11.66	-
Global 37 (Reabertura)	30.1.2007	20.1.2037	30	500	7.125	6.64	173
Global BRL 28	14.2.2007	10.1.2028	21	715	10.250	10.68	-
Global BRL 28 (Reabertura)	27.3.2007	10.1.2028	21	361	10.250	10.28	-
Global 17 (Reabertura)	11.4.2007	17.1.2017	10	525	6.000	5.89	122
Global BRL 28 (Reabertura)	17.5.2007	10.1.2028	21	389	10.250	8.94	-
Global BRL 28 (Reabertura)	26.6.2007	10.1.2028	21	393	10.250	8.63	-
Global 17 (Reabertura)	14.5.2008	17.1.2017	10	525	6.000	5.30	140
Global 19N	13.1.2009	15.1.2019	10	1 025	5.875	6.13	370
Global 19N (Reabertura)	14.5.2009	15.1.2019	10	750	5.875	5.80	252
Global 37 (Reabertura)	5.8.2009	20.1.2037	30	525	7.125	6.45	195
Global 41	7.10.2009	7.1.2041	30	1 275	5.625	5.80	175
Global 19N (Reabertura)	22.12.2009	15.1.2019	10	525	5.875	4.75	114
Global 21	22.4.2010	22.1.2021	10	788	4.875	5.00	115
Global 21 (Reabertura)	3.8.2010	22.1.2021	10	825	4.875	4.55	150
Global 41 (Reabertura)	21.9.2010	7.1.2041	30	550	5.625	5.20	142
Global BRL 28 (Reabertura)	27.10.2010	10.1.2028	21	655	10.250	8.85	-

1/ Sobre *US Treasury*, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.

2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$3 bilhões em 9.6.1997 e US\$500 milhões em 27.3.1998.

3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: IRL500 bilhões em 26.6.1997 e IRL250 bilhões em 10.7.1997.

4/ *Step-down* – 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.

5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps, e US\$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.

6/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US\$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US\$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.

7/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.

8/ A emissão do Global-11 ocorreu em duas *tranches*: US\$500 milhões, com *spread* de 757 bps, em 7.8.2003, e US\$750 milhões, com *spread* de 633 bps, em 18.9.2003.

9/ A emissão do Global-14 ocorreu em duas *tranches*: US\$ 750 milhões, com *spread* de 632 bps, em 7.7.2004, e US\$ 500 milhões, com *spread* de 398 bps, em 6.12.2004.

10/ A emissão do Euro-12 ocorreu em duas *tranches*: EUR 750 milhões, com *spread* de 482 bps, em 8.9.2004, e EUR 250 milhões, com *spread* de 448 bps, em 22.9.2004.

Quadro 5.44 – Dívida externa reestruturada – Bradies, Pré-Bradies e MYDFA

Discriminação	Saldo em 31.12.2010	Data de vencimento
	US\$ milhões	
<i>Capitalization Bonds (C Bonds)</i>	-	-
<i>Debt Conversion Bonds (DCB)</i>	-	-
<i>Discount Bonds</i>	-	-
<i>Eligible Interest Bonds (EI)</i>	-	-
<i>Front Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)</i>	-	-
<i>New Money Bond 1994 (NMB)</i>	-	-
<i>Par Bonds</i>	-	-
<i>Exit Bond (BIB) – (Pré-Bradies)</i>	93	15.9.2013
<i>Multiyear Deposit Facility Agreement (MYDFA)</i>	-	-
Total	93	

Títulos da dívida externa brasileira

Os principais papéis da dívida externa brasileira registraram volatilidade em 2010, ocorrendo elevação das cotações nos três primeiros trimestre do ano e recuo no período subsequente.

A cesta contendo títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez e com base em observações diárias, apresentou, em 2010, diferencial médio de 203 p.b. em relação à remuneração dos títulos do Tesouro americano, ante 306 p.b. em 2009. O índice recuou 3 p.b., para 189 p.b., entre as posições de final de período de 2009 e 2010.

Posição Internacional de Investimento

O passivo externo líquido atingiu US\$706 bilhões em 2010. O aumento anual de US\$100 milhões refletiu as elevações assinaladas no passivo externo bruto, US\$214 bilhões, e no ativo externo bruto, US\$114 bilhões.

No âmbito do ativo externo destacaram-se os aumentos de US\$50 bilhões das reservas internacionais, de US\$37,1 bilhões no crédito comercial e de US\$16,4 bilhões nos investimentos diretos brasileiros no exterior.

A evolução do passivo externo decorreu de crescimentos nos estoques de investimentos estrangeiros em carteira, US\$94,4 bilhões, dos quais US\$53,8 bilhões em investimentos em ações e US\$40,7 bilhões em títulos de renda fixa; de IED, US\$71,8 bilhões; e de

Gráfico 5.14
Cotações de títulos brasileiros no exterior
 Mercado secundário – Cotação de compra, final de período – 2010

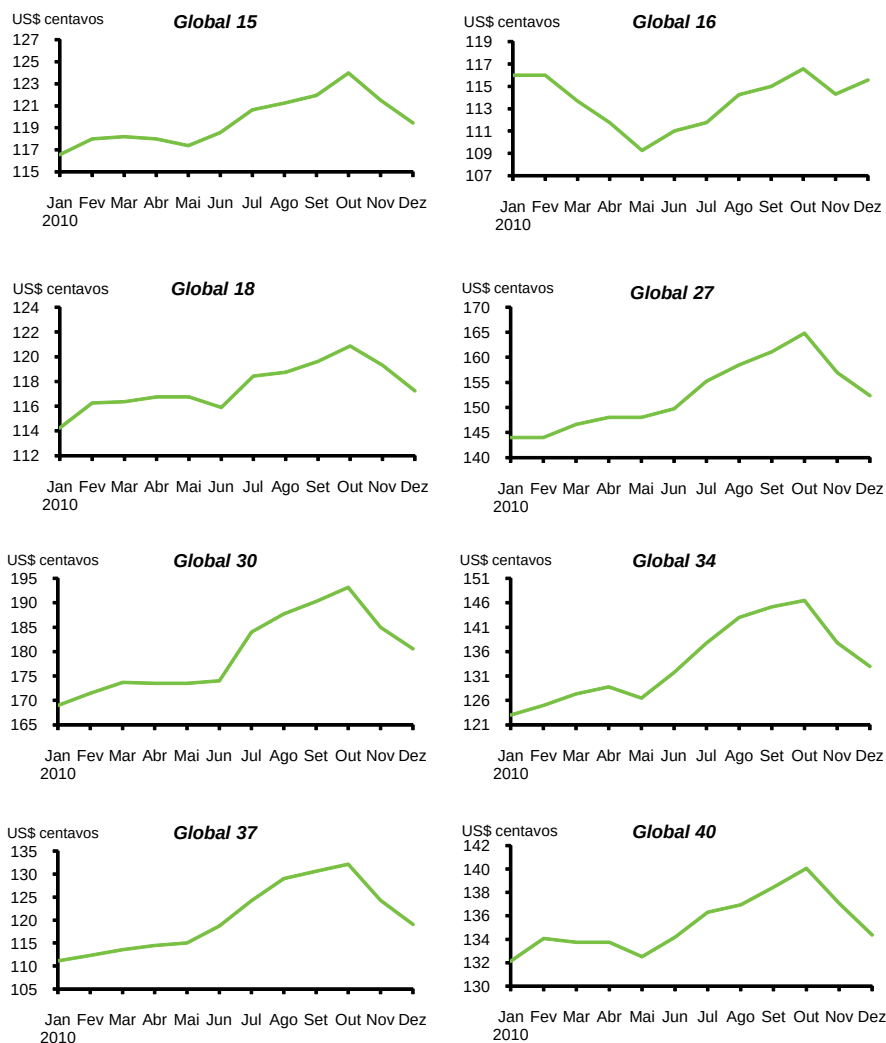
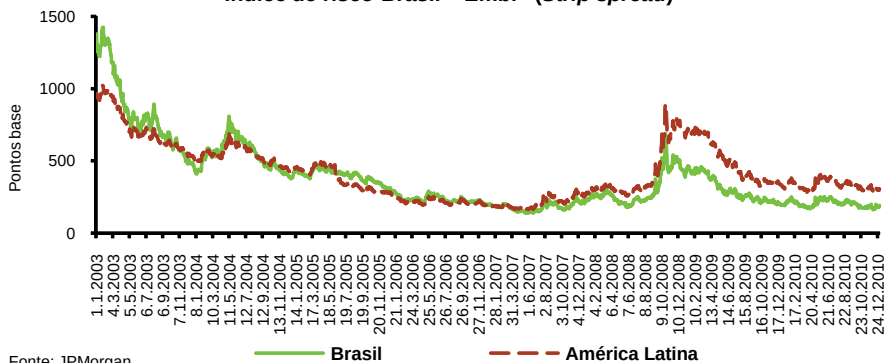


Gráfico 5.15
Índice de risco-Brasil – Embi+ (Strip spread)



outros investimentos, US\$47,2 milhões, ressaltando-se as elevações respectivas de US\$21,4 bilhões e US\$23,8 bilhões nos empréstimos de curto e de longo prazos.

O financiamento do FMI e seu relacionamento com o Brasil no biênio 2009-2010

Dentre as fontes de financiamento do FMI, destacam-se as cotas de participação, formadas pelo capital integralizado por cada país-membro. As cotas são calculadas com base no tamanho relativo da economia de cada país, dentre outros fatores, e determinam os limites individuais do comprometimento financeiro destes junto ao FMI, além de seu poder de voto no organismo. Sua composição inicial respeita a proporção de um quarto em ativos de reserva, como moedas estrangeiras conversíveis ou DES, e três quartos na moeda do próprio país.

Quadro 5.45 – Posição internacional de investimento

US\$ milhões			
Discriminação	2008	2009	2010 ^{1/}
Posição internacional de investimento (A-B)	-283 800	-605 664	-705 663
Ativo (A)	407 788	474 218	587 997
Investimento direto brasileiro no exterior	163 329	158 777	175 202
Participação no capital ^{2/}	121 415	125 960	152 743
Empréstimos intercompanhia	41 914	32 816	22 460
Investimentos em carteira ^{3/}	17 321	13 257	18 041
Investimentos em ações	4 828	2 245	234
Títulos de renda fixa	12 493	11 012	17 807
Bônus e notas	7 534	6 054	12 849
Títulos de curto prazo	4 959	4 958	4 958
Derivativos	609	287	153
Outros investimentos	32 746	63 377	106 025
Crédito comercial (de fornecedores)	123	25 226	62 304
Empréstimos	658	853	343
Moeda e depósitos	24 107	29 105	33 953
Outros ativos	7 859	8 193	9 425
Dos quais títulos colaterais (juros)			
e cotas em organismos internacionais	1 326	1 560	1 644
Ativos de reservas	193 783	238 520	288 575

(continua)

Para financiar seus programas de auxílio financeiro, o FMI pode se utilizar de DES ou das moedas dos países-membros, notadamente os mais desenvolvidos, que foram transferidas para o fundo quando da integralização das cotas. Essas são as fontes primárias de recursos do fundo, denominadas fontes próprias.

Quadro 5.45 – Posição internacional de investimento (continuação)

US\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010 ^{1/}
Passivo (B)	691 588	1079 881	1293 660
Investimento estrangeiro direto	287 697	400 808	472 579
Participação no capital ^{1/}	223 127	321 436	377 441
Empréstimos intercompanhia	64 570	79 372	95 137
Investimentos em carteira	287 533	561 848	656 284
Investimentos em ações	149 608	376 463	430 234
No país	71 350	205 159	254 194
No exterior	78 258	171 304	176 040
Títulos de renda fixa	137 925	185 385	226 051
No país	49 289	95 802	122 732
No exterior	88 636	89 583	103 319
Médio e longo prazos	85 107	86 212	94 925
Curto prazo	3 529	3 372	8 393
Derivativos	2 450	3 413	3 781
Outros investimentos	113 908	113 813	161 016
Crédito comercial (de fornecedores)	6 241	3 306	3 133
Médio e longo prazos	5 906	3 138	2 996
Curto prazo	335	167	138
Empréstimos	103 463	100 793	145 905
Autoridade monetária	10	3	-
Demais setores	103 454	100 790	145 905
Médio e longo prazos	70 873	73 357	97 129
Organismos	30 023	28 202	35 166
Agências	6 854	6 826	15 528
Crédito de compradores	16 194	19 302	24 461
Empréstimos diretos	17 802	19 027	21 975
Curto prazo	32 580	27 433	48 776
Moeda e depósitos	4 204	5 205	7 531
Autoridade monetária	104	69	57
Bancos	4 101	5 135	7 474
Outros passivos	-	4 510	4 446

^{1/} Dados preliminares.^{2/} Inclui lucros reinvestidos.^{3/} Contempla títulos de emissão de residentes.

Além das cotas, o FMI pode ampliar seu *funding* “comprando” moedas conversíveis dos ativos de reservas dos países macroeconomicamente sólidos, repassando-as aos países solicitantes, e recebendo em troca moedas nacionais. Uma vez recompostos, os países “recompram” suas moedas nacionais, pagando-as nas mesmas moedas conversíveis em que tomaram os empréstimos. O FMI age, portanto, como operador e agente pagador/recebedor nesse mecanismo de compra e recompra de moedas.

Em termos práticos, dois programas de financiamento do fundo foram implementados, ao longo da história: o *General Arrangements to Borrow* (GAB) e o *New Arrangements*

to Borrow (NAB). Em 2009, o GAB, estabelecido em 1962, englobava doze países e totalizava DES17 bilhões (US\$26 bilhões). O NAB, fundado em 1997, reunia 26 países e somava DES34 bilhões (US\$52 bilhões), na mesma data.

A magnitude da crise financeira global, iniciada em meados de 2008, reforçou o papel desempenhado pelo FMI como concesso de crédito a países com desequilíbrios no balanço de pagamentos e levou os países do Grupo dos 20 (G-20) a anunciarem, em abril de 2009, a triplicação, de US\$250 bilhões para US\$750 bilhões, das fontes de recursos do FMI. Este total refere-se ao novo e ampliado NAB, que passou a dispor de US\$600 bilhões, englobando 39 países, ante 26 anteriormente. A necessidade de ritos jurídicos e políticos especiais para a aprovação legal desse novo acordo no âmbito dos diversos países envolvidos contribuiu para que, ao final de 2010, houvesse apenas dezesseis acordos de empréstimos bilaterais e três acordos de compras de notas do FMI em vigor, totalizando US\$191 bilhões.

Em janeiro de 2010, quatro anos após liquidar antecipadamente o programa de auxílio financeiro que havia obtido junto ao FMI, o Brasil se tornou um dos três países que assinaram o acordo de compra de notas do FMI, no âmbito do novo e expandido NAB, se tornando um dos 39 fornecedores potenciais de recursos ao organismo. O Brasil se prontificou a adquirir até US\$10 bilhões em notas do tipo A, no prazo de até dois anos. As referidas notas do tipo A, ao contrário das congêneres do tipo B, podem ser resgatadas imediatamente se ocorrerem desequilíbrios no balanço de pagamentos do país detentor destas, razão pela qual somente estas primeiras são consideradas como ativos de reservas e são classificadas sob a rubrica “Posição de Reserva no FMI”. Em dezembro de 2010, o Brasil detinha, em suas reservas internacionais, DES640 milhões (US\$986 milhões) em notas do tipo A do fundo, sob essa mesma rubrica.

Paralelamente, o Brasil recompôs a parcela em moedas conversíveis de sua cota no fundo, que havia sido integralmente utilizada em anos anteriores. Em 2010, a “Posição de Reserva no FMI” aumentou US\$1,1 bilhão, resultado da recomposição de US\$105 milhões da *Reserve Tranche* (cota em moedas conversíveis), além da compra de US\$986 milhões em notas do tipo A do FMI.

Ainda com o objetivo de aumentar a capacidade de seu financiamento, o fundo anunciou, em sete de agosto de 2009, a distribuição do equivalente a US\$250 bilhões em alocação geral de DES, distribuídos proporcionalmente à cota de participação de cada país-membro. A parcela do Brasil equivaleu a US\$3,5 bilhões e foi incorporada às reservas internacionais em 28 de agosto de 2009. Posteriormente, em 9 de setembro de 2009, o país recebeu nova alocação de DES, resultado da revisão do cálculo da cota do país, que culminou com a ampliação do poder de voto no FMI de 1,4% para 1,7%, correspondente a US\$436 milhões.

Finalmente, desde agosto de 2009, seguindo as recomendações do novo manual de balanço de pagamentos do FMI (BPM6), o passivo decorrente de todas as alocações de DES recebidas passou a ser incorporado à dívida externa brasileira. Ao final de 2010, tal passivo montava US\$4,4 bilhões.

Quadro 5.46 – Posição financeira do Brasil no FMI

DES milhões

Data	Quota	Posição de reserva no FMI			DES Ativos	Alocações de DES
		<i>Reserve tranche</i>	Notas tipo A	Total		
2009 Jan	3 036	0	-	0	1	359
Fev	3 036	0	-	0	0	359
Mar	3 036	0	-	0	0	359
Abr	3 036	0	-	0	1	359
Mai	3 036	0	-	0	0	359
Jun	3 036	0	-	0	359	359
Jul	3 036	400	-	400	359	359
Ago	3 036	400	-	400	2 610	2 609
Set	3 036	406	-	406	2 887	2 887
Out	3 036	406	-	406	2 887	2 887
Nov	3 036	406	-	406	2 887	2 887
Dez	3 036	606	-	606	2 887	2 887
2010 Jan	3 036	606	-	606	2 887	2 887
Fev	3 036	606	-	606	2 888	2 887
Mar	3 036	606	150	756	2 888	2 887
Abr	3 036	606	170	776	2 888	2 887
Mai	3 036	606	350	956	2 888	2 887
Jun	3 036	606	390	996	2 888	2 887
Jul	3 036	606	410	1 016	2 888	2 887
Ago	3 036	606	410	1 016	2 889	2 887
Set	3 036	606	410	1 016	2 889	2 887
Out	3 036	606	490	1 096	2 889	2 887
Nov	3 036	606	490	1 096	2 889	2 887
Dez	3 036	682	640	1 322	2 889	2 887